

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E SEU LEGADO NO
MUNICÍPIO DE JAPERI - RJ

AMARILDO PAES LEME DE MELLO

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E SEU LEGADO NO MUNICÍPIO DE
JAPERI - RJ**

AMARILDO PAES LEME DE MELLO
Sob a orientação da Professora
Dr^a. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola

**Seropédica, RJ
Março de 2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M527p MELLO, AMARILDO PAES LEME DE , 1969-
O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E SEU LEGADO NO MUNICÍPIO
DE JAPERI - RJ / AMARILDO PAES LEME DE MELLO. -
SEROPEDICA, 2021.
86 f.: il.

Orientadora: MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. Educação do campo. 2. práticas pedagógicas. 3.
políticas públicas educacionais. T. BENEVENUTO, MONICA
APARECIDA DEL RIO , 1964-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

AMARILDO PAES LEME DE MELLO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 17/03/2021

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Dra. UFRRJ

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Alessandro Rodrigues Pimenta, Dr. UFT

Dedico esta dissertação à minha esposa Márcia
Lessa de Santana e aos meus filhos: Yasmin,
Pedro, Gabriel e Michel.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que possibilita a nossa existência, quem creio, confio e sustenta a minha fé e, nos torna seres capazes de amar para intervir no mundo e tentar torná-lo melhor.

Aos meus pais: Maria Hammes de Mello e Maurilo Paes Leme de Mello, “*In Memoriam*”, por sempre acreditaram que é através da educação que conseguiremos transformar o mundo.

Aos meus irmãos: Amauri e Romilda “*In Memoriam*”, Nilcéa, Renata e Adalberto que, sempre me apoiaram nas decisões que tomei na vida e sempre estiveram disponíveis para ajudar.

Aos meus filhos: Yasmin, Pedro, Gabriel e Michel, por serem a razão da minha caminhada.

A minha esposa e companheira Márcia Lessa de Santana que possui uma enorme inteligência e dedicação por aquilo que acredita ser importante e ter significado e, por conseguinte, partilhar momentos de alegrias e tristezas, dúvidas, cansaço e a satisfação de aprender durante todo o período de produção desta pesquisa.

A todos aqueles que direta e/ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) e a seus funcionários pelas contribuições e receptividade do durante todo o período da jornada acadêmica.

Ao Professor Ramofly Bicalho dos Santos, pela capacidade compartilhar seu conhecimento, me fez conhecer e amar a Educação do Campo, ao mesmo tempo lutar para fortalecer e melhorar a qualidade de ensino nas Escolas do Campo.

Aos colegas da turma DS 2018.2 do PPGEA pelas trocas de experiências.

À orientadora Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, pela dedicação, carinho, paciência com o seu orientando. Adjetivos como carisma e humanidade nos dias atuais são raros, mas quando se trata da Monica, são frequentes estas qualidades. Obrigado por ter sido a minha orientadora.

RESUMO

MELLO, Amarildo Paes Leme de. **Programa escola ativa e seu legado no município de Japeri - RJ**. 2021. 86f (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2021.

A população do campo, ao longo da história, tem sofrido com desigualdades no âmbito social, econômico e principalmente educacional. A formação continuada específica para os docentes que atuam nas Escolas do Campo, principalmente nas turmas multisseriadas, é um grande desafio para o magistério. A precariedade de políticas públicas direcionadas ao povo do campo e a formação acadêmica do docente que pouco retrata, muitas vezes nem retrata, a existência de turmas com esta composição, tende a formar um profissional desprovido de ferramentas pedagógicas para atuar neste modelo de ensino. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi investigar, através de um estudo qualitativo e exploratório, as ações do Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo do município de Japeri e seu legado nas práticas docentes direcionadas ao público do campo. Para a realização desta pesquisa foram usados questionários e entrevistas com gestores e professores da Escola Municipal Carlos Alberto e da Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio, além de consultar obras cujos temas forma: o Programa Escola Ativa, Educação do Campo, práticas pedagógicas e políticas públicas. Este estudo busca acenar para que o governo municipal perceba a importância dos programas educacionais direcionados à população do campo de modo a fomentar a implementação de políticas públicas voltadas para uma educação comprometida com o fortalecimento da população do campo japeriense.

Palavras-Chave: Educação do campo, práticas pedagógicas, políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

MELLO, Amarildo Paes Leme de. **Active school program and its legacy in the municipality of Japeri - RJ**. 2021. 86p. (Master's Dissertation in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2021.

The population of the countryside, throughout history, has suffered from inequalities in the social, economic and especially educational spheres. Specific continuing education for teachers who work in countryside schools, especially in multi-grade classes, is a big challenge for magisterium. The precariousness of public policies directed at the people of the countryside and the academic education of the teacher who little portrays, often does even portray, the existence of class with this composition, tends to form a professional devoid of pedagogical tools to act in this teaching model. In this context, the objective of this research was to investigate, through a qualitative and exploratory study, the actions of the Active School Program in countryside schools in the municipality of Japeri and its legacy in teaching practices aimed at the countryside public. For realize this research, was used questionnaires and interviews with managers and teachers form the Carlos Alberto Municipal School and the Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio Municipal School, in addition to investigate works whose themes were: the Active School Program, Countryside education, pedagogical practices and public policy. This study seeks to signal that the municipal government realizes the importance of educational programs aimed at the countryside population in order to foment the implementation of public policies aimed at an education compromised to strengthening the population of the countryside of Japeriense.

Key Words: Countryside education, pedagogical practices, educational public polices.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CF/88	Constituição Federal de 1998
CGFOR	Coordenadoria Geral de Fortalecimento Institucional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COAGRI	Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola
DEM	Departamento do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDESCOLA	Fundo de Desenvolvimento da Escola
GPT	Grupo Permanente de Trabalho
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Licenciatura em Educação do Campo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAR	Plano de Ação Articulada
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDDE CAMPO	Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação

PNEE	Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
PPGEDUC/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PROCAMPO	Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSECD	Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE	Secretaria de Educação do Estado
SEEDUC/SUGEN	Secretaria Estadual de Educação/Subsecretaria de Gestão Educacional
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENETE	Secretaria Nacional de Educação e Tecnologia
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZAP	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Japeri no Estado do Rio de Janeiro.....	19
Figura 2 – Japeri e seus municípios limítrofes	20
Figura 3 - Campo de golf municipal de Japeri.	20
Figura 4 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação	22
Figura 5 – E.M Teófilo Cunha.....	23
Figura 6 – E.M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio	24
Figura 7 – E.M. Carlos Alberto Pereira dos Santos.....	24
Figura 9 – E.M. Vereador Paulo Félix Saudade	25
Figura 10 – E.M Santo Antônio	26
Figura 11 – E.M. Rio D’ouro.....	26
Figura 12 - E.M de Educação Infantil Creche Janderson A. Correa	27
Figura 13 – Estrada do André, Morro do Cruzeiro – Japeri/RJ.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas Municipais de Japeri/RJ	21
Quadro 2 – Identificação dos participantes da pesquisa	36
Quadro 3 – Organização das turmas multisseriadas da E.M.Carlos Alberto	39
Quadro 4 – Saberes dos Professores	42
Quadro 5 – Distribuição das turmas da E.M Tânia Mara.....	45
Quadro 6 – Funcionários da E.M.Tânia Mara da S.C.Basílio.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1	Educação Agrícola, Educação Rural e Educação do Campo.....	5
2.2	A Educação do Campo como movimento de luta e resistência do campo	9
2.3	A Educação do Campo e suas Diretrizes e seus Aspectos Legais	11
2.4	O Programa Escola Ativa	12
2.5	O município de Japeri no contexto da Educação do Campo	19
2.5.1	Formação e Práticas docentes nas Escolas do Campo do município de Japeri. ...	27
2.5.2	A Educação do Campo na Perspectiva da SEMED	32
3	MATERIAIS E MÉTODOS	35
3.1	A caminho das Escolas do Campo: O percurso metodológico da pesquisa	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1	Descrevendo a realidade das Escolas do Campo pesquisadas.....	37
4.1.1	Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos	37
4.1.1.1	Formação continuada e práticas docentes nas Escolas do Campo.	40
4.1.2	Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6	REFERÊNCIAS	53
7	ANEXOS	58
	Anexo A - Parecer do Comitê de Ética.....	59
	Anexo B - Guia de Orientações.....	60
	Anexo C - Materiais e Kits Pedagógicos	61
	Anexo D - Calendário dos Microcentros 2012.....	62
	Anexo E - Pauta Do II Microcentro	63
	Anexo F - Avaliação de um Microcentro	64
	Anexo G - Módulo I de Formação	65
	Anexo H - Multiplicação da Formação	66
	Anexo I - Encontro com os Técnicos	67
	Anexo J - Relatório de Ações e Atividades.....	68
	Anexo K - Livro da Vida do 4º/5º Ano da E. M. Carlos Alberto P. dos Santos	70
8	APÊNDICES	74
	Apêndice A - Questionário.....	75
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista Aplicado a Secretaria de Educação	78
	Apêndice C – Roteiro de Entrevista aos Gestores	79
	Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	82
	Apêndice E – Carta de Anuência	84
	Apêndice F – Carta de Anuência	85
	Apêndice G – Carta de Anuência.....	86

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a Educação do Campo foi colocada em segundo plano, ou até mesmo em plano nenhum pelo Estado, uma vez que a educação sempre foi entendida como algo desnecessário para o povo do campo, pois eram vistos como “menos”, ligando esta população a um espaço de atraso, de pessoas com pouca capacidade de desenvolvimento intelectual, social e cultural, onde a única atividade que lhes era atribuída era o trabalho braçal. As Escolas do Campo, na sua maioria, eram, e em alguns casos continuam sendo tratadas com olhares de inferioridade quando comparadas aos espaços urbanos, não sendo respeitadas as suas especificidades, as suas histórias, as suas identidades e a sua capacidade de produzir saberes. Bicalho (2018) complementa e sustenta este argumento quando afirma que a política educacional, até então destinada ao campo, considerava esse espaço a extensão da cidade de modo que a instituição escolar, currículos, histórias, identidades e memórias dos educadores foram constantemente ignoradas e a produção dos saberes partia dos centros urbanos para o campo.

No final da década de 90, houve uma movimentação em busca do reconhecimento identitário do povo do campo, através dos movimentos sociais organizados, para mostrar que o campo é mais do que um espaço geográfico de produção agrícola, é também um espaço onde se produz conhecimentos, se concebe culturas e relações sociais, e dentro deste espaço existe uma instituição muito importante para o estabelecimento e concepção dessas relações: a escola.

Por meio da Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002, em seu artigo 2º, parágrafo único, surge o conceito da identidade dessas Escolas do Campo que está definida não pelo espaço geográfico que elas ocupam, mas sim pelo conjunto de características específicas individuais e coletivas que elas possuem, na busca de uma melhor qualidade de vida.

Vale lembrar que há mais de vinte anos, em 1997, surgiu o primeiro encontro dos educadores e educadoras da reforma agrária, I ENERA¹, organizado pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, o MST, com o apoio da Universidade de Brasília, UnB, entre outras entidades, que se tornou um marco na Educação do Campo, pois, neste evento foi proposto pensar em uma educação pública que contemplasse o povo do campo, de modo a considerar as especificidades do campo, ou seja, respeitar o seu contexto político, econômico, social e cultural, e a forma de conceber o tempo, espaço, meio ambiente, organização individual e coletiva, trabalho entre outros aspectos.

Neste mesmo período, 1997, começou a ser implementado o Programa Escola Ativa no Brasil, pelo Ministério da Educação, através de um convênio com o Banco Mundial. Este Programa surgiu com a proposta de melhoria da qualidade do desempenho escolar nas classes multisseriadas das Escolas do Campo, tendo o seu início na Região Nordeste, através do Projeto Nordeste/MEC. Em meados de 1999 o Projeto Nordeste chegou ao fim dando lugar ao Programa FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola) que deu continuidade ao Programa Escola Ativa. Com o Programa Escola Ativa fazendo parte do FUNDESCOLA, as estratégias ultrapassaram os limites da região Nordeste e foram implantadas nas regiões Norte e Centro-Oeste em municípios que faziam parte do ZAP (Zona de Atendimento Prioritário) definidas pelo Programa FUNDESCOLA.

Em 2004, foi dado um passo importante em direção a Educação do Campo, com a criação da SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e, nela, a Coordenação Geral da Educação do Campo. Este fato fez com que incluísse a Educação do

¹ ENERA – Encontro Nacional das educadoras e educadores da reforma agrária

Campo em uma Estrutura Federal com responsabilidade pelo atendimento as demandas do campo a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades. Com a transferência do FNDE/FUNDESCOLA para a SECAD, em 2007, e com o apoio das Instituições de Ensino Superior e das Secretarias Estaduais de Educação, o Programa Escola Ativa foi ampliado chegando atender as cinco regiões em 2008.

Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o Programa Escola Ativa se expandia, outras frentes de ação estavam acontecendo. Em 1998 aconteceu a “I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo” em Luziânia, realizada em Goiás e contou com a participação do Movimento dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Universidade de Brasília (UNB)² e o ponto central da discussão neste encontro focalizou a marginalização educacional dos camponeses, em que sobressaltaram as taxas alarmantes de analfabetismo e a imposição histórica de um modelo urbano de Educação no Campo, cuja política inferiorizava os camponeses, considerados inapropriados. Historicamente, esse modelo urbano para o campo propagou uma integração falsa e forçada, legitimando o movimento camponês libertador. Ou seja, no decorrer de cinco séculos de Brasil, os meios de produção e a tecnologia educacional sempre estiveram a serviço da elite patronal em prejuízo da agricultura familiar e dos demais povos da terra (MOLINA, 2019).

Em 2008 a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro passou a atuar no Programa Escola Ativa como executora financeira e formadora de técnicos das secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro que aderiram ao Programa. Estes seriam multiplicadores do Programa Escola Ativa em suas respectivas redes escolar (BENEVENUTO, et. al. (2011). Nesse contexto, em 2010. O município de Japeri, através da SEMEC – Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, aderiu e implantou o Programa Escola Ativa, que tinha como objetivo melhorar a qualidade do desempenho escolar das classes multisseriadas das Escolas do Campo através, principalmente, da implantação de recursos pedagógicos aos quais estimulasse a construção do conhecimento do aluno, bem como, a capacitação dos docentes, fazendo com que o município se aproximasse da Educação do Campo (BRASIL, 2010). Surgiu, a partir daí a promessa de que as Escolas do Campo de Japeri receberiam investimentos e reformas nas estruturas, bem como a capacitação dos docentes e profissionais da educação que trabalhassem nessas escolas. A expectativa era a de que este Programa poderia melhorar a realidade das Escolas do Campo, uma vez que este município carrega características rurais, trazendo uma estratégia de ensino que contemplasse e respeitasse as especificidades do campo, criando um Plano Político e Pedagógico (PPP) que destacasse o campo como um espaço de fazer pedagógico e que reconhecesse que neste espaço se produz conhecimentos que vão além dos muros da escola.

Estas questões foram despertando em mim o interesse pelo tema de investigação, pela minha trajetória como professor e cidadão Japeriense. A minha aproximação com o tema da pesquisa teve início em 1996, quando comecei atuar como docente, porém em 2000, após aprovado em concurso público na Prefeitura Municipal de Japeri, passei a ter um vínculo mais forte com as causas da população menos favorecida, uma vez que a vaga ocupada foi para atuar como docente nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, EJA. A procura por entender e atender este público começou a direcionar os meus esforços na busca de formações e informações em outros cursos e especializações. Esta busca me levou a realizar a inscrição na disciplina “História da Educação do Campo no Brasil”, oferecida pelo

² Além desses, outras frentes de trabalhos reivindicavam e atuavam em favor da Educação do Campo, como por exemplo: Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), As Casas famílias Rurais.

PPGEDUC/UFRRJ, trazendo uma série de reflexões sobre a minha trajetória profissional e pessoal. Embora morasse em uma região predominantemente rural e trabalhasse na educação municipal há 17 anos, desconhecia a Educação do Campo e somente durante o estudo dessa disciplina, ao investigar sobre a Educação do Campo no município de Japeri, foi que percebi a existência de oito Escolas do Campo no município, porém poucas informações sobre as mesmas. Dessa forma, pude perceber a importância de um estudo sobre essas escolas, na tentativa de contribuir para a valorização da Educação do Campo e o fortalecimento da população do campo no município de Japeri.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram surgindo: como os gestores da Educação do município de Japeri concebem a Educação do Campo? Como é a organização política e social das escolas do campo nesse município? Os docentes dessas escolas se reconhecem como docentes de uma Escola do Campo e re (conhecem) qual (is) elemento(s) pedagógico(s) contribui (em) para a construção da identidade das Escolas do Campo?

A busca por respostas aguçou o interesse em investigar sobre a realidade da Educação do Campo no município de Japeri, com o objetivo de investigar sobre as ações do Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo do município e seu legado nas práticas docentes direcionadas ao público do campo. Mais especificamente buscou analisar a organização política das Escolas do Campo, identificar como os gestores da educação concebem a Educação do Campo, investigar se os docentes se reconhecem como docentes de Escolas do Campo e (re)conhecer elementos pedagógicos que contribuem para a construção da identidade das Escolas do Campo no município de Japeri.

O alcance desse objetivo se apoiou no resgate o contexto da realização das ações do programa no município; na investigação da implantação de políticas públicas específicas para as Escolas do Campo após a adesão do município ao Programa; além de investigar se as Escolas do Campo do município de Japeri, que participaram do Programa Escola Ativa, praticam a metodologia do programa no seu processo ensino-aprendizagem, o que leva a avaliar se causou impacto na formação dos professores que dele participaram e que permanecem nas Escolas do Campo, principalmente na concepção sobre o seu papel como um educador do campo.

O município de Japeri, situado na Baixada Fluminense, com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)³ possui oito escolas classificadas como Escolas do Campo. Se pelo simples fato de ser do campo já recebe preconceito, como é ser uma Escola do Campo em uma região desfavorecida de elementos como educação, saneamento básico, saúde e renda que são tão importantes para o desenvolvimento de uma sociedade?

Estudo realizado ⁴em uma Escola do Campo do município de Japeri sinaliza esta precariedade que cria barreiras para o pleno desenvolvimento do município. Este estudo sobre a Diversidade Sexual, Educação do Campo e Inclusão Escolar (JUNIOR, 2019) evidencia, além dos desafios e a falta de perspectivas dos alunos da escola que sofrem preconceito devido à falta de informação de uma população tradicional, também sofrem pela ausência de políticas públicas direcionadas as Escolas do Campo e a falta de infraestrutura local. Nesse sentido, o estudo permitiu compreender as desigualdades sofridas pela população do campo ao longo da história, tanto no âmbito social, econômico e principalmente educacional e, a partir dele, identificar possibilidades para que haja o

³ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida concebida pela Organização das Nações Unidas para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma determinada população com base em três critérios: educação, saúde e renda.

⁴ JUNIOR, Evandro de O. **Diversidade sexual, educação do campo & inclusão escolar: Desafios e perspectivas nas experiências da Escola Municipal Tânia Mara Carnaval Basílio – Japeri/RJ**. 2019. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica, 2019.

fortalecimento da população do campo.

O caminho pretendido para nortear a reflexão sobre a Educação do Campo no município de Japeri está organizado da seguinte forma: a revisão de literatura se inicia com o resgate da “*Educação Agrícola, Educação Rural e Educação do Campo*” buscando apresentar as diversas mudanças que aconteceram na educação do povo do campo mediante as situações políticas, sociais e econômicas bem como as ações dos movimentos sociais organizados na luta por uma Educação do Campo. Nesse contexto, é feita uma abordagem em que apresenta o Brasil com três tipos de Educação onde a primeira pensada em uma educação destinada à classe dominante, a elite, em seguida uma educação pensada por essa classe dominante para os trabalhadores do campo e a mais recente, a educação pensada pelo povo do campo para o povo do campo, sendo assim, traçamos uma breve trajetória da educação rural no Brasil. No tocante à “*Educação do Campo como movimento de luta e resistência do campo*”, destaca-se a forma como a Educação do Campo foi concebida e de que maneira ela consegue se mostrar resiliente a toda essa diversidade e discriminação imposta a ela. A abordagem da “*Educação do Campo e suas Diretrizes e seus Aspectos Legais*” traz a discussão sobre o que deve ser considerado relevante e necessário ao ensino na Educação do Campo e como essa necessidade dialoga com a legislação educacional nacional. Desse modo, leva-se em consideração a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 além de pareceres que vão de encontro com a educação do povo do campo, e também o Plano nacional de Educação, que dialoga com aspectos educacionais do povo do campo.

Nesse contexto, o “*Programa Escola Ativa*” ganhou destaque para apresentar sua metodologia com o seu principal objetivo de melhorar a qualidade de ensino das turmas multisseriadas das Escolas do Campo, através de estratégias que buscavam uma forma diferente de práticas docentes que iriam além do desenvolvimento do desempenho educacional, mas também visava uma promessa de redução da evasão escolar, melhoria em estrutura física, dentre outros.

A “*Apresentação do município de Japeri no contexto da Educação do Campo*” mostra como o município organiza o seu sistema de educação e, como esse sistema funciona frente à Educação do Campo. Sendo assim, nessa quinta parte, é feito um panorama de apresentação do município e como a Secretaria Municipal de Educação – SEMED está organizada além de apresentar ações desta Secretaria, como a adesão ao Programa Escola Ativa e o Plano Municipal de Educação que são ações que afetaram e afetam a Educação do Campo no município de Japeri.

A Metodologia aponta os caminhos percorridos para chegar aos dados obtidos através da pesquisa de campo onde questionários aplicados aos professores das unidades escolares do campo e entrevistas com os gestores das escolas, com a coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Japeri – SEMED e também com o Coordenador das Escolas do Campo, que atuava no período da adesão ao Programa Escola Ativa, foram os instrumentos utilizados, além de fontes bibliográficas e documentos como o PPP das escolas que foram as bases das análises.

A “*Apresentação dos resultados*” traz a realidade das duas Escolas do Campo pesquisadas revelando o seu contexto político, econômico e social, além de demonstrar como estão organizadas no sistema educacional do município, o corpo docente e suas práticas pedagógicas.

Nas “*Considerações finais*” são resgatados pontos relevantes para o estudo destacando a importância e as contribuições do Programa Escola Ativa para a Educação do Campo no município de Japeri, sendo apresentadas algumas sugestões para que a Secretaria Municipal de Educação possa promover educação com qualidade para o povo do campo do referido município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Agrícola, Educação Rural e Educação do Campo

O Brasil tem em sua trajetória histórica de educação direcionada ao povo do campo três tipos de educação rural: a primeira destinada a educação e formação das elites condutoras vinculada a classe dominante, já a segunda, era pensada por essas classes dominantes e dirigentes para os trabalhadores rurais e, a terceira e mais recente é a Educação do Campo, que é uma modalidade de ensino pensada pelos camponeses e pelos povos da terra, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e os demais povos do campo que tiram o seu sustento da terra, que traz uma proposta de Educação do Campo e no Campo para atender os interesses desses diferentes sujeitos. Esta última, impulsionada pelos movimentos sociais do campo organizados, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST. (MOLINA, 2011)

A educação agrícola que era atribuída às classes dominantes tinha como objetivo formar os filhos dos fazendeiros que mantinham o seu poder sustentado no grande latifúndio e também na exploração do trabalho escravo e, apesar de ser pensada pela e para a burguesia, esse ensino recebia muita discriminação e preconceito, devido ser uma atividade que para ser desenvolvida era necessária a utilização de esforços braçais. Por esse motivo, os fazendeiros preferiam que os seus filhos realizassem a sua formação nos tradicionais e prestigiados cursos de direito e medicina em Portugal. Historicamente, o ensino agrícola foi visto com hesitação pela classe senhorial, pois em sua concepção, não era necessário “estudar para plantar batatas” (MOLINA, R.S., 2011).

Nesse contexto, a educação agrônômica era destinada a formação de “gerentes” de fazenda e engenho, que desempenhavam o papel de dirigentes e capatazes e, em relação a formação de professores, o objetivo era primário e bastante localizado, até porque, a formação agrônomo tinha como função transmitir conhecimentos das práticas de Ciências Agrárias aos empregados e aos proprietários que não podiam frequentar as escolas (MOLINA e SANFELICE, 2014).

O Ensino Agrícola no Brasil teve o seu início efetivamente no auge das atividades agroexportadoras – Cultura do Café – no início do século XX, onde ocorreu a criação de escolas/instituições voltadas ao ensino de habilidades profissionais com o objetivo de formar mão de obra para atender as indústrias em expansão, e paralelamente algumas, atuavam como instituições de cunho corretivo. (SOBRAL, 2015)

As Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas a partir de 1909, possuíam didática própria, e eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, tinha por objetivo atender os filhos dos menos favorecidos do sistema na formação de contra-mestres e operários, além de desenvolver uma característica assistencialista. No ano seguinte, com a pressão da agricultura na economia, surgiu a primeira regulamentação e estruturação do ensino agrícola no Brasil, e que passou a ser ministrado em quatro categorias: O ensino Agrícola Superior, o Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola. As instruções técnicas profissionais relativas à agricultura e às indústrias eram: Ensino Agrícola, Ensino de Zootecnia, Ensino de Indústrias Rurais e Ensino de Medicina Veterinária. (SOBRAL, 2015)

Surgiram os Aprendizados, configurando-se como instituições de ensino voltadas para o ensino da prática agrícola seguindo padrões científicos a filhos de pequenos proprietários de terras nas localidades onde foram instalados, e alguns anos depois surgiram também os Patronatos Agrícolas, que desde a sua concepção caracterizava-se por um duplo objetivo: o de

Ensino Agrícola primário e o da regeneração da infância pobre.

Devido às políticas públicas estarem centralizadas no meio urbano, por causa do crescimento industrial, a educação no meio rural acabava sendo marginalizada, logo, o crescimento da cidade juntamente com a incapacidade de absorção de toda a mão de obra disponível pelo mercado urbano fazia com que a população do campo olhasse para a cidade como uma oportunidade de crescimento e com isso, tornava o problema migratório uma ameaça aos grupos dominantes trazendo como alternativa a educação como um meio de fixação da população do campo. Inicia-se então, o “ruralismo pedagógico”, pois, para fixar a população do campo no campo era preciso adaptar os currículos ao meio rural e cultural, até porque, a escola literária desenraizava a população do campo. (PAIVA, 1987)

No auge da modernização do país, tanto o poder público quanto o poder privado assumem a função de preparar recursos humanos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho, mas como o ensino superior não conseguia suprir toda a demanda houve então, a necessidade de se privilegiar a educação profissional de nível médio. Neste momento houve uma expansão do ensino técnico profissional e o Ensino Agrícola passa a ser absorvido pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura que ao assumir o Ensino Agrícola através do DEM, Departamento do Ensino Médio, reformula a filosofia de ensino e implanta a Metodologia do Sistema “Escola – Fazenda”, cujo princípio era “aprender a fazer e fazer para aprender”.

Até o ano de 1971, a formação profissional técnica era formada especificamente para atender o mercado, e vale a pena destacar que neste período a Revolução Verde afetava significativamente as condições do campo, pois o aumento da produção agrícola viria a provocar uma redução de empregos no campo, apresentando um crescimento econômico e também as altas taxas de exclusão. Neste mesmo período houve a criação de várias escolas agrotécnicas para atender os preceitos da Revolução Verde. (SOBRAL, 2015)

Após este período o Brasil adotou uma ideologia de que ao trabalhar com os novos insumos, usados de forma eficiente haveria um investimento no capital humano, surge então, a lei 5692/71 para definir uma nova política pública para o ensino técnico agrícola e pelo Decreto 72434 é criada a COAGRI – Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, com a finalidade de proporcionar, nos termos desse Decreto, assistência técnica e financeira aos estabelecimentos especializados em Ensino Agrícola. A COAGRI teve um papel importante na execução das políticas públicas pois, alinhava-as com as prioridades econômicas e sociais estabelecidas no III PND⁵ e com as Diretrizes estabelecidas no III PSECD⁶.

Na década de 80, conhecida principalmente como período da globalização da economia mundial, houve grandes mudanças tecnológicas e que resultou no início da década seguinte a passagem do ensino agrotécnico para a SENETE, Secretaria Nacional de Educação e Tecnologia. Nesse período, ganha intensidade os debates sobre um novo projeto de formação profissional. Em 1996 entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 e logo em seguida, também o Decreto Federal 2208/97 que instituem as bases para a reforma no ensino profissionalizante. Esse Decreto propunha a separação da formação acadêmica da educação profissional, o que causou indignação aos que defendiam a proposta da educação politécnica com um currículo integrado.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, houve uma maior ênfase na educação profissional e tecnológica para o seio da sociedade. O resultado disso é que o momento atual propõe uma formação profissional agrícola que tenha como prioridade a coletividade, a autonomia humana impulsionada, como sempre, pelos movimentos sociais do campo.

Os movimentos sociais organizados do campo começam a se articularem em direção contrária ao descaso, ou melhor, ao abandono do poder público em relação ao povo

⁵ PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980 – 1985)

⁶ PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 – 1985)

campesino e decidem a começar a criar espaços públicos para a realização destes debates, então em 1997, acontece o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA – organizado pelo MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o apoio da Universidade de Brasília UNB e outras instituições, onde foi colocado a reflexão sobre a educação pública para o povo campesino respeitando todos aspectos influenciadores na vida do homem do campo com o seu meio social. Este debate vem para mudar o conceito da Educação Rural, deixando de ser uma educação “no” campo e passando a ser uma educação “do” campo. (ARROYO, 1999)

Em 1998 é criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo que vai gerir e promover ações conjuntas pela escolarização do povo do campo a nível nacional. Dentre os principais feitos pela Articulação Nacional por uma Educação do Campo podemos citar:

- a) Duas conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo. Em 1998 e 2004;
- b) A instituição CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Em 2002;
- c) Instituição do Grupo Permanente do Trabalho de Educação do Campo (GPT). Em 2003;
- d) SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Em 2004.

A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, em parceria com MST, UNB – Universidade de Brasília, UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é considerada um marco para a Educação do Campo no Brasil pois, além de elevar o debate sobre a educação campesina a nível internacional, marcou o reconhecimento do campo como espaço vivo e dinâmico e que nele atuam sujeitos que reivindicam a sua autonomia e emancipação. Ainda neste mesmo ano, houve outro fato marcante que foi a criação do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Essa criação é muito importante porque leva a Educação do Campo a fazer parte do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (SANTOS, 2011)

O PRONERA surgiu a partir de debates coletivos realizados no I ENERA, pois nestes foi percebido o alto índice de analfabetismo e baixo índice de escolarização entre os beneficiários dos programas de Reforma Agrária. De acordo com o manual de operações do PRONERA, o Programa é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária cujo objetivo principal é fortalecer o meio rural quanto espaço de vida em todas as dimensões: econômica, sociais, políticas, culturais e éticas. O Programa faz ainda, uma reflexão sobre a construção de uma educação adequada a organização dos trabalhos e da cultura nos espaços dos povos do campo, em busca de outras formas de desenvolvimento, que seja justo para sociedade e ecologicamente sustentável.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), é criada em 2004, no âmbito do Ministério da Educação e nela, instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo. Esse fato traz a Educação do Campo para uma inclusão na estrutura Federal, de uma instância responsável pelo atendimento as demandas do campo, partindo do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

O PRONERA ajudou a elaboração de novas políticas públicas através de ações educativas no desenvolvimento do campo e seus sujeitos, como por exemplo o PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Este programa, criado em 2007, apoia a implementação de cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, as LECs que tem a finalidade de promover a formação de professores da

educação básica para lecionarem nas escolas localizadas em áreas rurais. O PROCAMPO surgiu do reconhecimento e da necessidade de formação inicial para educadores/as do campo por meio de parcerias com instituições de ensino superior e tem por finalidade oferecer condições necessárias de extensão das Licenciaturas em Educação do Campo integradas ao ensino, pesquisa e extensão, valorizando o estudo de temáticas significativas para as populações do campo, e com isso promove uma formação por área de conhecimento rompendo com os saberes fragmentados e disciplinares, como ocorre na maioria das instituições de ensino superior, para atuarem nas Escolas do Campo nos anos finais do ensino fundamental e médio.

A formação docente por área do conhecimento utiliza a Pedagogia da Alternância⁷ para atender os anseios dos educadores e educandos. Sendo assim, o educador do campo é mais que um agente educativo, eles precisam ser educadores cuja formação lhes possibilite entender a conjuntura atual da realidade camponesa. (BICALHO, 2018).

Outro programa importante de Educação do Campo no Brasil é o PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, vinculado ao MEC e que foi lançado em 2012, pela presidente Dilma Rousseff, com o propósito de oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas no campo. O Programa está estruturado sob quatro eixos:

Eixo I: Gestão e Práticas Pedagógicas

Este eixo compreende as seguintes ações: Livros didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo; Obras de referências com especificidades do campo e das comunidades quilombolas no âmbito do Programa Nacional de Biblioteca da Escola – PNBE para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio; Educação integral com atividades estruturantes e complementares a formação do estudante. Mais Educação Campo; Apoio às escolas quilombolas e as Escolas do Campo com turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades (Escola da Terra); Inclusão das Escolas dos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS no FUNDEB, a partir de convênios com as redes públicas de ensino, amparadas pela lei nº 12.695/2012.

Eixo II: Formação Inicial e Continuada de Professores

Dentre as ações deste eixo estão: Ofertas de cursos de Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO; Expansão de polos da Universidade Aberta do Brasil; Cursos de aperfeiçoamento e especialização; Financiamento específico nas áreas de conhecimento voltadas à Educação do Campo e quilombola, por meio do Observatório e do Programa de Extensão Universitária – PROEXT.

Eixo III: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional

Este eixo abrange: Expansão da oferta de cursos voltados ao desenvolvimento do campo na Rede Federal e nas Redes Estaduais de formadores; Expansão de cursos de qualificação profissional específicos para o campo, por meio do e-Tec; Bolsa-formação PRONATEC para estudantes e trabalhadores rurais; Educação de Jovens e Adultos na proposta pedagógica do Programa Saberes da Terra; Disponibilização de recursos para o 1º ano na implantação de novas turmas de EJA.

⁷ Pedagogia da Alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia no seu cotidiano, de forma a promover constantes troca de conhecimento entre o seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

Eixo IV: Infraestrutura Física e Tecnológica

Neste eixo estão: Disponibilização de projetos arquitetônico de escolas com 2, 4 e 6 salas de aula, quadra esportivas cobertas, módulo terra, administrativo, de serviço, de educação infantil e alojamento de professores e estudantes; Disponibilização de laboratório de informática; Disponibilização de laptop educacional, um computador (servidor) com conteúdos pedagógicos e um roteador wireless para conexão; Disponibilização de computador interativo com lousa digital; Disponibilização de recursos financeiros para manutenção, aquisição, conservação e pequenos reparos das instalações, equipamentos e para abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário (Campo, água e esgotamento sanitário – PDDE); Articulação para o fornecimento da energia elétrica às escolas; Disponibilização de ônibus rural escolar, lancha escolar, bicicletas e capacetes.

Muitos benefícios na educação camponesa já foram conquistados, principalmente nas últimas décadas, mas as lutas precisam continuar para que campo possa conquistar o seu reconhecimento de espaço de produção de conhecimento e saberes.

2.2 A Educação do Campo como movimento de luta e resistência do campo

A Educação do Campo diferente da educação ruralista, direcionada para a formação da elite e dos braços agrícolas, alienados dos sistemas produtivos, sociais e culturais, foi pensada pelos camponeses e para os camponeses atendendo os interesses do povo do campo em seus diferentes territórios.

Nesse contexto, se faz necessário afirmar que a educação tem histórias e a Educação do Campo tem uma história marcada por lutas, conflitos e confrontos e é nesse cenário de diversas histórias que se faz necessário pensar e refletir sobre o que é a Educação do Campo e como esta educação passou a ser concebida na atualidade, para que se possa compreender e discutir mudanças que venham fortalecer o povo do campo na busca de uma Educação do Campo de qualidade. De acordo com Caldart (2012, p.15):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas; nasceu da combinação da luta dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder as suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

É nesse contexto de lutas e conflitos que a Educação do Campo é concebida trazendo com ela marcas fortes e uma identidade própria que até então, não era enxergada. E é com essa identidade que a Educação do Campo surge, trazendo elementos culturais, vivências e, juntamente com a dinâmica do campo, um novo modelo de educação, consequentemente uma nova forma de se olhar uma escola.

Para Caldart, “escola é mais do que escola”:

Eu nunca me esqueço de uma frase linda do educador, alfabetizador, um camponês sem terra, de um assentamento enorme no Rio Grande do Sul aonde eu fui: um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele. Mas quando nele chegamos, descobrimos que existiam outros arames farpados, como o arame

da nossa ignorância, e então ali eu percebi melhor ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo. (CALDART, 2000, p.172)

Conhecer implica um movimento recíproco entre os educadores, educandos e demais sujeitos envolvidos com o ato de educar. Implica também em ir além das demandas da escola tradicional e conservadora. Nessa mesma linha transformadora está Freire (1987) com a “Pedagogia do oprimido” pois trata-se de uma abordagem metodológica que tem como foco a construção do conhecimento partindo da realidade e das vivências das pessoas das classes populares, ou seja, uma educação libertadora que terá como ponto de partida a realidade vivida pelos trabalhadores e de seus conhecimentos pré-elaborados sem imposição. Até porque o conhecimento emancipador não pode ser baseado apenas em mera exposição de conteúdos, lições e exercícios de fixação.

Entre os diversos autores que tratam das políticas públicas para educação do campo⁸, destacam-se Arroyo e Fernandes (1999) que fazem uma reflexão sobre as políticas educacionais em âmbito nacional bem como o termo “Educação do Campo”:

Há no campo um expressivo movimento pedagógico, com experiências escolares inovadoras coladas às raízes populares, às matrizes culturais do povo do campo. A educação escolar ultrapassa a fase “rural”, da educação escolar “no” campo e passa a ser “do” campo. Está vinculada a um projeto democrático popular de Brasil e de Campo. Realiza-se uma relação visceral entre as mudanças na educação e os ideais dos Movimentos Sociais. Vai-se, portanto, além da “escolinha de letras” (ler, escrever e contar) para se trabalhar participativa e criativamente um projeto de Brasil, um projeto de Campo, resgatando e valorizando os valores culturais típicos do povo do Campo. Há uma mobilização local, regional e nacional procurando garantir uma “educação básica do campo”, portanto, com novos conteúdos, novos processos pedagógicos, novo enfoque na tarefa dos professores, das professoras, das famílias, da comunidade e dos próprios educandos. (ARROYO; FERNANDES, 1999, p.6)

Com o nascimento das Escolas do Campo, surgiu também uma nova forma de fazer pedagógico, onde vários ajustes tiveram de ser feitos para atender de forma qualitativa esse público do campo. A LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 28, diz:

Na oferta de uma educação básica para a educação rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996, art.28).

Surgiu não só a organização curricular e estrutural, houve, ou melhor, há a necessidade de profissionais capacitados para desenvolver as atividades desse modelo de educação. Assim relata Molina (2012), em entrevista à revista Nova Escola, que não é só da infraestrutura, do

⁸ Arlete Ramos dos Santos (UFMG), Célia Regina Vendramini (UFSC), Ilma Ferreira Machado (UNEMAT), Liam aria Teixeira de Oliveira (UFRRJ), Clarice Aparecida dos Santos (Unb).

acesso e também da formação que a Educação do Campo precisa, para ela, existem outros fatores que precisam ser contemplados no ensino rural. A cultura, o saber local e a forma de produção das comunidades em que essas escolas estão inseridas são alguns fatores que devem receber também uma boa atenção, não se limitando apenas em um padrão de saber universalizado pelas instituições.

Esta autora vai além ao ressaltar que a organização curricular das graduações em Educação do Campo, em especial a LEC – Licenciatura em Educação do Campo, não pode, mas deve buscar atitudes e processos que venham a exigir uma sinergia entre teoria e prática respeitando a bagagem social e cultural trazidas pelos estudantes. Por fim, Arroyo (1999, p.19), brilhantemente, define a voz do campo ao dizer:

“Nós temos que fazer tudo para que a criança, o jovem e adolescente e o adulto do campo tenham o acesso ao conhecimento. Isto tem que ficar muito claro. Mas não podemos dizer-lhes que apenas com habilidades mínimo de leitura e contas é suficiente.”

2.3 A Educação do Campo e suas Diretrizes e seus Aspectos Legais

As Diretrizes Curriculares são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino e são criadas e fixadas pelo Conselho de Educação Nacional (CNE). As Diretrizes continuam valendo mesmo depois da criação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), pois são documentos complementares. As Diretrizes dão a estrutura e a Base Nacional Curricular Comum, o detalhamento dos conteúdos e competências.

A função da Base Nacional Curricular Comum é especificar aquilo que se espera que os alunos aprendam ano a ano. Ela, a BNCC, foi elaborada norteada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, portanto, um documento complementa o outro, enfim, as Diretrizes dão a estrutura e a BNCC recheia esta forma com o que é essencial a ser ensinado.

As Diretrizes Operacionais têm a sua origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, de 1996, que já define em seu Art.2º que a Educação é dever da família e do Estado baseado nos princípios de liberdade e solidariedade humana cuja finalidade é a formação do indivíduo como um todo, preparando-o para o exercício da cidadania bem como a sua qualificação para o trabalho. O mesmo texto também aparece na Constituição Federal de 1988, Art.205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

As bases legais que sustentam a Educação no Campo como Direito Público e como elemento de formação humana estão na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação e também nas Resoluções.

A LDBEN 9394/96 traz em seu bojo um avanço em direção a educação campesina ao apresentar em seus artigos 23 e 26 a organização da educação básica em grupos não seriados e por alternância regular e ao definir que os currículos, além de terem a base comum, deverão contar com uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais das redes de ensino. Também reforça no artigo 28, incisos I, II e III a especificidade da educação básica do campo ao recomendar que as propostas pedagógicas dessas escolas contemplem as necessidades e interesses dos alunos do campo e também considerem o calendário da fase do ciclo agrícola e as condições climáticas bem como a natureza do trabalho no campo.

Através do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2011, reconhece a diversidade sócio cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a

definição de diretrizes operacionais para a educação básica nas Escolas do Campo no âmbito de um projeto de desenvolvimento onde o homem do campo passa a ser visto como sujeito de direito e sugere a identificação de um modo próprio de vida e de utilização do espaço, reafirmando a identidade da Escola do Campo.

O Art.28 vem apresentando a forma ao qual a Educação do Campo deve ser ofertada, porém ainda se referindo a Educação do Campo como simplesmente educação rural, então a Resolução Nº2 de 28 de abril de 2008⁹ ao estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas ao atendimento da Educação Básica do Campo expressa melhor a dimensão da Educação do Campo em seu Art.1º ao definir que a Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Profissional Técnico de nível médio integrado ao Ensino Médio e destinam-se ao atendimento às populações rurais, em suas mais variadas formas de produções da vida – Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Assentados, Acampados da Reforma Agrária, Quilombolas, Caiçaras, Indígenas e outros.

O Plano Nacional de Educação (PNE) baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e na Constituição Federal de 1988 (CF/88) contempla de uma forma geral a Educação do Campo. No Ensino Fundamental em suas metas 01, 15,16 e 17 defende a universalização do atendimento escolar, as condições de acesso bem como a permanência à escola, o fim da escola unidocente, o transporte escolar nas zonas rurais para alunos e professores, a organização escolar e a formação dos professores. Na EJA, a meta 09 propõe o mapeamento, por meio de senso educacional, para levantar a demanda e consolidar políticas de educação de jovens e adultos. Na Educação Tecnológica e a formação profissional, as metas 06, 12 e 13 propõe a instituição de uma rede de educação profissional permanente, com vistas a ofertar educação profissional específica à população do campo e cursos básicos para agricultores.

Na Educação Especial, o PNE¹⁰ propõe parcerias entre estados e municípios para a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais PNEE à Educação Básica, um sistema de informação a ser atendida pela Educação Especial e a implantação de programas de atendimentos a esses alunos.

Em relação à gestão e financiamento, o PNE em sua meta 26 pretende organizar a Educação Básica no Campo, de modo a preservar as escolas rurais no meio rural e também incluída de valores rurais.

O Plano Nacional de Educação surgiu com a ideia de fixar metas a serem realizadas durante um decênio buscando um melhor desenvolvimento da qualidade do ensino em termos nacionais e ao mesmo tempo pressionando aos municípios que a partir dele, cada município criasse o seu plano municipal de educação e atingissem as metas estabelecidas pelo PNE.

2.4 O Programa Escola Ativa

Em 1996 um grupo de técnicos da Direção-Geral do Projeto Nordeste (Projeto de Educação Básica para o Nordeste), e técnicos do Estado de Minas Gerais e Maranhão, segundo o documento “Diretrizes para a implantação e implementação da estratégia metodológica Escola Ativa” (BRASÍLIA, 2006, p.12-14), foram convidados pelo Banco Mundial a participarem, na Colômbia, de um curso sobre a estratégia “Escuela Nueva – Escuela Activa”, produzida por um grupo de educadores colombianos que, há mais de vinte anos, atuavam em classes multisseriadas daquele país.

⁹ Publicada no DOU de 29/04/2008, Seção 1, p. 25-26.

¹⁰ PNE – Plano Nacional de Educação

Surgiu então, a proposta de implantar essa mesma estratégia metodológica nas classes multisseriadas brasileiras a fim de auxiliar o trabalho do educador que atua nesse modelo de turma, até porque, o Programa Escuela Nueva foi criado para atender as classes multisseriadas das regiões com baixa densidade populacional, principalmente as regiões rurais que apresentavam baixa qualidade educacional na Colômbia.

Com assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste/MEC nos estados da região do Nordeste, com exceção dos estados de Sergipe e Alagoas, em 1997 ocorreu a implantação da estratégia metodológica Escola Ativa no Brasil com o objetivo de aumentar o nível de aprendizagem dos educandos, reduzindo a repetência e a evasão escolar, além de elevar as taxas de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental nas Escolas do Campo com turmas multisseriadas. No final de 1998, os estados de Sergipe e Alagoas resolveram implantar a estratégia, porém, em meados de 1999, o Projeto Nordeste chegou ao seu final dando lugar ao Programa FUNDESCOLA, que continuou com as ações de implementação do Programa Escola Ativa (BRASIL, 2010, p.14). Uma vez incorporado pelo Programa FUNDESCOLA, o processo de implantação do Programa Escola Ativa em todo Brasil foi dividido em cinco fases, eram elas¹¹:

Fase I – ***Implantação e Testagem***

Momento de preparação, acompanhamento para que se conhecesse a efetividade da estratégia Escola Ativa. Buscava a afirmação pela qualidade da mudança em sala de aula. Período compreendido entre os anos de 1997 e 1998, em estados da região do Nordeste. O Projeto Nordeste planejou ações que incluíram a elaboração de guias de aprendizagem, a capacitação de técnicos e educadores e a contratação de um supervisor pedagógico para realizar supervisões nas escolas.

Fase II – ***Expansão I***

Momento de ampliar o número de escolas nos estados e municípios do Nordeste que solicitaram a expansão, sem perder de vista a qualidade. Também nesta fase, a estratégia extrapolou a região Nordeste, tendo sido implantada nas regiões Norte e Centro-Oeste, em municípios que compunham as ZAP (Zonas de Atendimento Prioritário) definidas pelo Programa FUNDESCOLA.

Fase III – ***Consolidação***

Reconhecimento da efetividade da estratégia pelos estados e municípios. Criação da rede de formadores (multiplicadores) da estratégia, dando aos estados e municípios a oportunidade de participarem de formação e monitoramento mais eficazmente.

Esta fase daria início ao processo de proporcionar mais autonomia aos estados e municípios nas ações de monitoramento e formação dos profissionais de sua rede. Os supervisores contratados pelo Programa FUNDESCOLA, que antes prestavam assessoramento pedagógico mensal aos educadores em suas escolas, realizariam esta ação como demonstração. Seus esforços estariam voltados para o assessoramento aos técnicos estaduais e municipais, orientando-os em suas dificuldades e nas dificuldades detectadas junto aos educadores nos processos de legalização e articulação e de alinhamento da estratégia Escola Ativa com outras ações da Secretaria.

Fase IV – ***Expansão II***

Nesta fase houve uma expansão que rompia com os limites das ZAP, oportunidade em que foram incorporados municípios denominados autônomos. A esses municípios cabiam as responsabilidades de capacitar seus educadores e dotar as escolas de estrutura e de kit pedagógico (conjunto de materiais didáticos como globo, mapas, etc.), ao programa

¹¹ A apresentação do Programa Escola Ativa segue a referência: BRASIL.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão; Diretoria de Políticas Públicas.** ESCOLA ATIVA, Projeto Base. Brasília, 2010

FUNDESCOLA coube a distribuição dos materiais instrucionais para a formação de educadores e de guias de aprendizagem (livros didáticos, das áreas do conhecimento elaborados para o atendimento de classes multisseriadas que implantaram a estratégia Escola Ativa) para os educandos, necessários para a implantação.

Fase V – *Disseminação e Monitoramento*

Estruturalmente pertencente às ações educacionais da Coordenação Geral de Fortalecimento Institucional – CGFOR/Diretoria de programas especiais/FNDE/MEC, o Programa Escola Ativa contou com responsáveis pela implantação, implementação e monitoramento da estratégia nos âmbitos nacional, estadual e municipal, compondo uma grande rede junto a gestores, técnicos, educadores, educandos e pais que se apoiavam e caminhavam juntos buscando a sustentabilidade da estratégia nos estados e municípios.

Não se pode deixar de citar o papel dos movimentos sociais do campo neste processo, pois seus avanços no âmbito educacional e as suas conquistas no plano das políticas públicas no final do século XIX e início do século XX consolidavam um conjunto de demandas históricas de um projeto educacional que se propunha levar em consideração uma população de cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais.

Em 2007, iniciava um momento distinto para o Programa Escola Ativa que foi transferido do FNDE/FUNDESCOLA para a SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, ficando a sua gestão a cargo da Coordenação Geral da Educação do Campo, como parte da ação do MEC que constitua a política nacional de Educação do Campo. Em 2008, o Programa Escola Ativa, extrapolou as barreiras regionais e passou a atender as cinco regiões brasileiras. Isto se deu também a um espaço conjunto da Coordenação Geral de Educação do Campo com as SEE – Secretarias Estaduais de Educação e das Instituições de Ensino Superior parceiras. Era preciso, então, que o programa reconhecesse a realidade do campo enquanto fonte de suas reflexões, e superasse uma visão reducionista do campo. (BRASIL, 2010, p.17)

O campo é um espaço onde atuam interesses e projetos distintos para o país. É nesse espaço que, os povos do campo demandam boas escolas para os seus filhos, bons educadores e uma educação que não prepare apenas para a vida na cidade, mas que reconheça as distintas formas de existência, de manifestações da vida e de relações sociais e com a natureza.

A Educação do Campo é entendida como forma de ação político-social, em oposição a tradicional educação rural, pois, no contexto da Educação do Campo, a escola passa a ser reconhecida como espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento. A educação tem função social estratégica na afirmação de sua identidade e para a formação de novo projeto social do campo. (BRASIL, 2010, p.18)

De acordo com o Projeto Base do Programa Escola Ativa, o Programa Escola Ativa tinha a sua reformulação inserida na perspectiva de uma educação para a transformação social que estabelecia um círculo entre processos educativos, políticos, econômicos e culturais, educação para o trabalho e a cooperação, a educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, educação voltada para valores humanistas e educação como processo de formação humana. A metodologia do Programa buscava articular teoria/prática para a construção de saberes, pois, ela era uma metodologia problematizadora que definia o educador como um condutor do estudo da realidade, além disso, o programa tinha como proposta de gestão um envolvimento da escola, comunidade e conselho escolar, levava em consideração que a educação não era tarefa exclusiva da escola, sendo assim, o Programa apresentou um guia de desenvolvimento, utilização e avaliação das estratégias metodológicas, conforme anexo B.

O programa Escola Ativa tinha como finalidade auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas e, para que isso acontecesse, deveria reconhecer e valorizar todas as

formas de organização social, características do meio rural brasileiro, que garantia a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de, buscar o respeito à diversidade local e ampliação crítica em direção à cultura universal. Para o programa, a bagagem trazida pelos alunos norteava a organização interdisciplinar dos conteúdos, que possibilitava o educador trabalhar com diversos graus de desenvolvimento mental, até porque o campo trazia em si uma proposta pedagógica para o Programa Escola Ativa porque proporcionava condições para o trabalho com diferenças regionais e com povos que conflitavam essa visão tradicional e preconceituosa do espaço rural e seus habitantes.

Conforme o Projeto Base do Programa, devido às grandes mudanças tecnológicas, socioeconômicas, culturais e ambientais, o campo hoje apresenta uma realidade totalmente adversa aquele conceito tradicional de que o campo é sinônimo de atividades pecuárias e de agricultura, até porque várias atividades urbanas já se encontram inseridas no campo.

A organização do Programa foi reformulada para atender as exigências do ensino fundamental de nove anos, cuja compreensão é de que o desenvolvimento integral da criança se beneficie mais dos estímulos que lhe é oferecido, ou seja, quanto mais cedo forem apresentados à escola, mais cedo estarão sendo estimulados ao aprendizado e com isso uma maior percepção e assimilação dos saberes. O Programa Escola Ativa aliava os princípios norteadores da Educação do Campo com as séries iniciais do ensino fundamental, no que tange essa organização, cujos princípios deste nível de ensino eram:

- a) O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- c) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- d) O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- e) Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer 36/2001.

Dessa forma, o Programa Escola Ativa atendia ao que era estabelecido na Lei 11.274/2006, que acrescentava 1 ano ao ensino fundamental ao antecipar para 6 anos o ingresso do educando nesta etapa do ensino. Para que essa organização de ensino fosse eficiente e eficaz, se fazia necessário a formação continuada dos docentes para atuar nas classes multisseriadas, onde a participação da comunidade era de grande e relevante importância, até porque essas participações iriam auxiliar a ação pedagógica do educador com estratégias e vivências que favoreciam a aprendizagem.

As classes multisseriadas, que era a forma mais característica da oferta de ensino no meio rural brasileiro, eram amplamente respaldadas no que definiam tanto a legislação educacional quanto as normas publicadas no Conselho Nacional de Educação, no que se referia a Educação do Campo. No que diz respeito a essas determinações legais sobre educação pública cabia, em primeiro lugar, definir as responsabilidades do poder público quanto a organização dos sistemas de ensino e ao regime de colaboração entre os entes federais. A Lei 9394/96 em seu artigo 9º, inciso III, estabelece que:

“A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.” (LDB9394/96. p12)

Quanto ao regime de colaboração, a organização da educação nacional, dada pelo título IV da LDB¹², em seu artigo 8º, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. No atendimento educacional diferenciado às populações do campo, as Diretrizes Operacionais estabelecem em seu artigo 5º que:

“as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito a igualdade e cumprimento imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23,26 e 28 da Lei 9394 de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.” (CNE/CEB/01/2002).

Na sua organização de ensino é conferida uma atenção especial as propostas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, bem como os avanços científicos e tecnológicos. A avaliação do rendimento escolar se faz a partir do que define a LDB definido pelo artigo 24 da Lei:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para educandos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao ano letivo, para os casos de baixo rendimento, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus rendimentos.

A resolução nº2, de 28 de abril de 2008 estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Em seu artigo 3º que trata do atendimento escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental indicam que serão sempre ofertados nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. E, de acordo com o parágrafo primeiro do mesmo artigo, os cinco anos iniciais do ensino fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, como deslocamento intracampo dos educandos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos educandos em deslocamentos a partir de suas realidades.

Para atender os direitos estabelecidos na legislação educacional, as Diretrizes Complementares, no parágrafo segundo do artigo terceiro no que diz respeito a promoção da expansão da oferta na educação infantil no campo, onde a afirmativa é que “em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental”. Outro aspecto importante da educação oferecida no campo, a nucleação de escolas para a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o artigo 4º das Diretrizes Complementares se pronuncia com a definição:

“Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos educandos na menor distância a ser percorrida”. (CEB/CNE/02/2008)

¹² LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A adoção do transporte escolar, quando se fizer necessário, deverá considerar o menor tempo possível no percurso entre a residência do educando e a escola, com atenção às condições de segurança dos educandos.

As propostas do Programa Escola Ativa para atender as classes multisseriadas são:

- a) Mesmo que os estudantes sejam organizados por série para melhor circulação de informações entre eles, é necessário que se trabalhe alternadamente com grupos envolvendo todas as séries, de forma que as crianças possam exercitar diferentes possibilidades de cooperação, comparação e troca de experiências e conhecimentos. A presença de uma criança mais experiente em contato com crianças menores pode se tornar fonte de aprendizagem.
- b) Em cada grupo haja um monitor, escolhidos pelos estudantes, que auxiliará o educador quando este estiver em outro grupo, coordenando o desenvolvimento das atividades.
- c) O educador deve ressignificar a sua prática pedagógica, deixando a prática centrada basicamente em aulas expositivas e no quadro de giz, para coordenar, orientar, expor, propor, dirigir e acompanhar as atividades dos estudantes nos próprios grupos.
- d) O educador deve estimular os estudantes para o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia.
- e) Estudantes e educador articulem todos os elementos da metodologia que são: Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de aprendizagem e comunidade, a fim de viabilizar o desenvolvimento das atividades de forma mais significativa.

Para falar um pouco mais das estratégias e estruturas do Programa Escola Ativa deve-se levar em consideração os elementos curriculares implantados pelas escolas que adotaram o Programa, que são apresentados no Projeto Base.

a) Cadernos de Ensino – Aprendizagem

Eram livros específicos por disciplinas, desenvolvidos para serem utilizados nas classes multisseriadas. Estavam elaboradas de forma que os estudantes pudessem desenvolver parte de suas atividades em sala de aula e outra em casa ou na comunidade, seguindo as orientações do próprio caderno, de modo que este desenvolvia, gradativamente, a sua autonomia. Os cadernos possuíam uma estrutura diferenciada que buscavam facilitar a aprendizagem do educando de forma dinâmica, atrativa e cooperativa e seu objetivo era integrar os conteúdos e remeter à pesquisa pedagógica e à discussão problematizadora. A estrutura dos cadernos estava disposta da seguinte forma: Atividades Básicas, Atividades Práticas, Atividades de Aplicação e Compromisso.

b) Cantinho do Saber

Eram espaços nos quais se reuniam materiais de pesquisa que se constituíam em subsídios para as aulas ao criarem oportunidades e situações para experimentação e socialização de conhecimento. Era recomendado que esses espaços de pesquisa devessem ser utilizados e montados preferencialmente de forma interdisciplinar.

c) Colegiado Estudantil

O Colegiado Infantil constituía-se de um coletivo de representantes dos comitês, proposto pelo Programa Escola Ativa, como forma de fortalecer a gestão democrática e a participação dos estudantes e da comunidade. Sua função era estimular a auto-organização dos estudantes, a tomada de decisões coletivas, a cogestão.

d) Escola e Comunidade

A escola devia procurar aprofundar sua inserção na comunidade da qual fazia parte por meio de atividades curriculares relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e cultural e às condições materiais dos educandos e da comunidade.

Os materiais e os kits pedagógicos foram elementos muito importantes na estratégia do Programa, pois estes serviam como guia de aprendizagem para o desenvolvimento das práticas docentes, o que melhoravam a qualidade do ensino. O anexo C apresenta a relação dos materiais e kits pedagógicos.

Os Microcentros também eram uma estratégia do Programa, pois se constituíam em um espaço para a teorização, estudos, reflexões, construção e apropriação de novos conhecimentos, trocas de experiências e vivências, desencadeando um processo de avaliação e auto-avaliação. Cada município organizaria os microcentros, mensalmente, reunindo os educadores de sua rede, podendo também, haver parcerias entre municípios oportunizando um intercâmbio de saberes mais amplo entre os educadores. Diante desse contexto, com o intuito de ilustrar a dinâmica dos microcentros, o anexo D apresenta o calendário de realização dos microcentros durante o ano de 2012 em Japeri, o anexo E, uma pauta de um dos microcentros e o anexo F, avaliações de alguns destes eventos.

Concluindo, o Programa Escola Ativa tinha como objetivo melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas, apoiando os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da Educação do Campo com esses modelos de turmas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos e de gestão, além de, fortalecer o desenvolvimento de projetos pedagógicos e metodologias adequadas as classes multisseriadas, bem como a realização de formação continuada para os educadores envolvidos no Programa com base em princípios políticos-pedagógicos voltados às especificidades e propostas pedagógicas do campo e também, a disponibilização e publicação de materiais pedagógicos que fossem apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica do Programa, logo, as metas físicas do Programa eram atender as escolas de todos os municípios que aderissem ao Programa no Plano de ação Articulada (PAR) ou que estivesse incluída nos territórios da cidadania.

Com o término do Programa Escola Ativa coube a cada município dar continuidade, ou não, as ações do Programa, o que levou vários municípios do Rio de Janeiro a voltarem às suas antigas práticas de condução dos seus planos de ensino. Estas práticas voltariam a serem repensadas em 2018 com a adesão do Programa Escola da Terra. Criou-se, então, uma lacuna na efetividade das práticas pedagógicas nas turmas multisseriadas e na manutenção das estruturas físicas. Devido à descontinuidade do Programa Escola Ativa, muitas dessas ações foram abandonadas até o surgimento do Programa Escola da Terra, que chegou para repensar as formas de promover melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo. Estas se dariam através de formação continuada dos professores que atuavam nas séries iniciais do ensino fundamental e da melhoria nas estruturas físicas das escolas, ampliando e fortalecendo a escola como espaço de vivências socioculturais, da mesma forma que acontecia com o Programa Escola Ativa.

Tanto o Programa Escola Ativa quanto o Programa Escola da Terra surgem com propostas idênticas, melhorar a qualidade do desempenho escolar das turmas multisseriadas das Escolas do Campo, nesse sentido, existem muitas aproximações entre os Programas, dentre eles pode-se citar os materiais didáticos e pedagógicos, formação continuada dos professores, parceria com as universidades, porém, uma característica marcante no Programa Escola da Ativa é a desterritorialidade do Programa, ou seja, um programa “pronto” onde não leva em consideração o seu vínculo com a realidade do município, sendo esta a principal crítica ao programa. Nesse contexto, o Programa Escola da Terra, traz consigo uma metodologia que avança no sentido de proporcionar uma adaptação à realidade dos municípios, permitindo trabalhar a diversidade e as peculiaridades de um campo heterogêneo, utilizando da realidade local para desenvolver as práticas pedagógicas que contemple o povo

do campo.

2.5 O município de Japeri no contexto da Educação do Campo

Japeri é um município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, Brasil e faz parte da Baixada Fluminense, localiza-se a 70 quilômetros da capital do estado e a uma latitude sul 22°38'35'' e uma longitude oeste 43°39'12'', estando a uma altitude de 30 metros. Possui 31 bairros e a sua população estimada em 2017 pelo IBGE¹³ é de 101.237 habitantes. Japeri é o mais novo município do Rio de Janeiro, pois, somente foi elevado à categoria de município em 02 de dezembro de 1991, através da lei estadual nº1902.

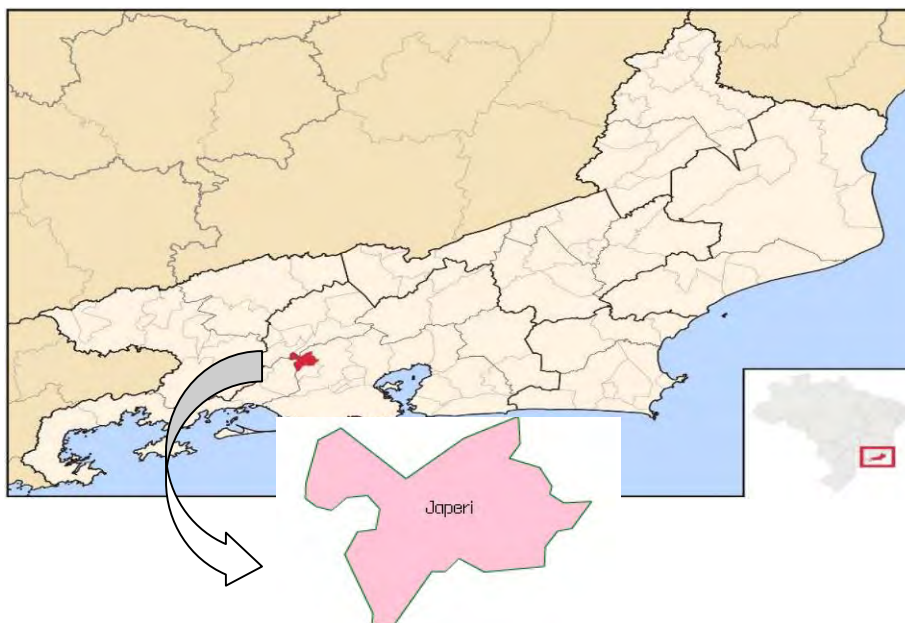


Figura 1 – Município de Japeri no Estado do Rio de Janeiro
Fonte: CEEJA (adaptado) (2020)

O município de Japeri possui uma área de 82.954km² e tem como municípios limítrofes Paracambi, Seropédica, Queimados, Miguel Pereira e Nova Iguaçu, conforme mostra a figura 2.

¹³ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Figura 2 – Japeri e seus municípios limítrofes

Fonte: CEEJA (2020)

Este município tem alguns fatos contrastantes, por um lado é considerado muito pobre, por outro, possui o único campo municipal de golf do Brasil, o Japeri golf Rio de Janeiro, considerado um esporte praticado pelas elites. A maioria dos praticantes deste esporte não reside no município, exceto as crianças que participam da escolinha de golfe oferecida no espaço. Dessa forma, este local tornou-se um espaço de atração esportiva para turistas, ao mesmo tempo em que fomenta o comércio local e estimula a prática esportiva nas crianças. Criado em 2001 através da Lei 941/2001, A Associação de Golf Público de Japeri, tem a concessão do terreno de 70 hectares de terra reconhecida como área de preservação ambiental, conforme a figura 3.



Figura 3- Campo de golf municipal de Japeri.

Fonte: golfadvisor.com (2019)

As condições impostas pela AGPJ para que as crianças participem da escolinha de golf é estarem regularmente matriculadas em uma escola e terem um bom rendimento escolar¹⁴, o que torna o golf um aliado da educação.

Outro fato é a existência de três rampas de salto de voo livre, criadas com a intenção de fomentar o turismo local, onde muitos praticantes do esporte, em períodos que o tempo está propício para o esporte, viajam até Japeri para a prática do esporte. Essas contradições

¹⁴ Veja também em <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/japeri-golfe-clube>.

mostram que mesmo o município sendo considerado pobre pode ser capaz de oferecer serviços que atendam o público da classe média/alta e, com isso, melhorar a capacidade de desenvolvimento econômico e social do mesmo.

Segundo o site oficial da Secretaria Municipal de Educação de Japeri, o órgão, SEMED¹⁵, responsável pela Educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) no sistema municipal de ensino tem sob a sua gestão um total de trinta e quatro escolas, sendo que quatro delas oferece apenas a Educação Infantil e trinta oferecem apenas o Ensino fundamental e vinte e duas oferecem as duas modalidades de ensino. Se tratando da localização geográfica, oito delas estão localizadas na zona rural enquanto vinte e seis estão em zona urbana. De acordo com o IBGE, a Escola Municipal Teófilo Cunha não é classificada como uma Escola do Campo, porém a Secretaria de Educação a classificou devido estar em uma área rural e contemplar um público predominantemente do campo.

Embora o município de Japeri possua esta quantidade de unidades escolares, somente três delas são contempladas com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, mesmo existindo um número significativo da população de Japeri, acima dos 15 anos de idade, que se encontra ainda em condições de analfabetismo ou com o ensino fundamental incompleto. De acordo com o último censo em 2010, feito pelo DATASUS junto ao IBGE, eram 5.047 analfabetos, totalizando 7,37% da população na data da pesquisa. O município de Japeri, de acordo com a SEMED, contempla no ano de 2020, um total de 14.466 alunos, sendo que deste total, 878 alunos são alunos das escolas do campo, conforme mostra a quadro 1.

Quadro 1 – Escolas Municipais de Japeri/RJ

ESCOLA	RURAL/ URBANA	EDUC. INF.	EDUC. FUND.	EJA	ALUNOS
E.M. AMARALINA	URBANA	X	X		176
E.M. ANTÔNIO GROppo	URBANA		X		224
E.M. ARY SCHIAVO	URBANA		X	X	965
E.M. BERNARDINO DE MELLO	URBANA		X	X	1566
E.M. CARLOS ALBERTO P. DOS SANTOS	RURAL	X	X		18
E.M. CIEP 401 LUCIMAR DE S. SANTOS	URBANA		X		879
E.M. DARCÍLIO AYRES RAUNHEITTI	URBANA	X	X		431
E.M. CRECHE JANDERSON A. CORREA	RURAL	X			68
E.M. EDU. INF. SÃO JORGE	URBANA	X			120
E.M. DOM ADRIANO HIPÓLITO DE OLIVEIRA	URBANA	X	X		93
E.M. DUQUE DE CAXIAS	URBANA		X	X	1076
E.M. ANTÔNIO JORGE F. DE ARUANTE	URBANA	X			202
E.M. FREI MAURÍCIO VIANN	URBANA	X	X		401
E.M. GOV. LEONEL DE M. BRIZOLA	URBANA	X	X		372
E.M. JARDIM BELO HORIZONTE	URBANA		X		165
E.M. JOÃO XXIII	URBANA		X		424

¹⁵ SEMED, antes era denominada SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pois a ela era atribuída também a gestão cultural do município. Atualmente a cultura possui uma Secretaria própria (SEMCULT).

E.M. MANOEL JULIO DE AMORIM	URBANA	X			181
E.M. PASTOR ARISTIDES ARRUDA	URBANA	X	X		750
E.M. PASTOR IDALÉCIO	URBANA	X	X		122
E.M.PASTOR TASSO A. DE OLIVEIRA	URBANA	X	X		361
E.M. PEDRA LISA	RURAL	X	X		165
E.M. PROF. CÉLIA SOBREIRA	URBANA	X	X		920
E.M.PROF. CELITA R. ANDRADE	URBANA	X	X		529
E.M.PROF. ETIENE DE S. OLIVEIRA	URBANA	X	X		914
E.M. RIO D'OURO	RURAL		X		95
E.M. SANTA INÊS	URBANA	X	X		89
E.M SANTA TEREZINHA	URBANA	X	X		546
E.M. SANTO ANTÔNIO	RURAL	X	X		98
E.M. SANTOS DUMONT	URBANA	X	X		1154
E.M. TÂNIA MARA DA .S. C. BASÍLIO	RURAL	X	X		333
E.M. TEÓFILO CUNHA	RURAL ¹⁶	X	X		101
E.M.VER. DÁRIO OLIVEIRA LINS	URBANA	X	X		409
E.M.VER. PAULO FÉLIX SAUDADE	RURAL	X	X		145
E.M. VILA CONCEIÇÃO	URBANA	X	X		377

Fonte:SEMED/Japeri (2020)

De acordo com a coordenadora pedagógica do município, Japeri tem oferecido vagas suficientes para atender a demanda do município, “Todos os responsáveis que procuram a rede de ensino são atendidos, logo, não tem aluno fora da escola por falta de vaga”. A SEMED desempenha um papel relevante no cumprimento das políticas educacionais do governo federal buscando cumprir o que estabelece a lei 9394/96. A sua proposta pedagógica encontra-se fundamentada nas teorias interacionistas de Vygotsky e Piaget, bem como nas concepções de Paulo Freire.

A estrutura organizacional da SEMED é apresentada na figura 4.

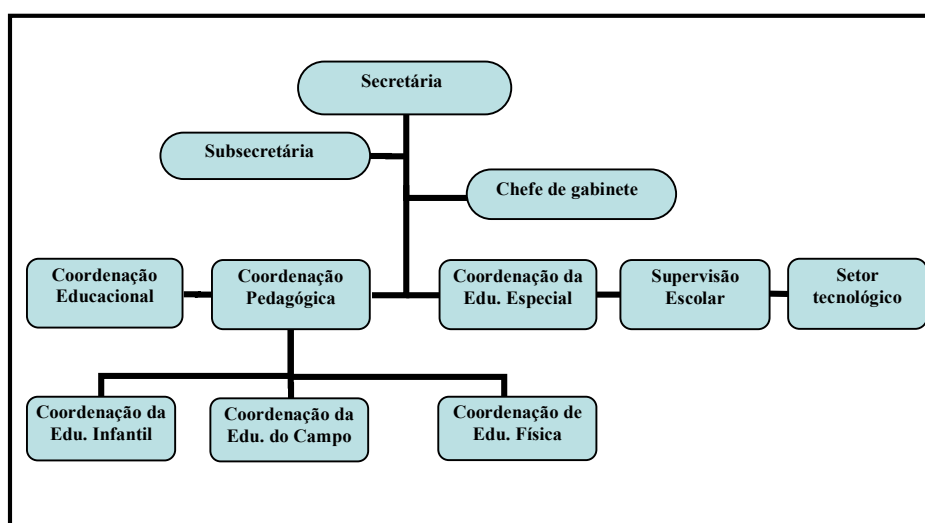


Figura 4 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação

Fonte: SEMED/Japeri (2020)

¹⁶ A E.M. Teófilo Cunha é classificada pelo IBGE como uma Escola Urbana, mas, A SEMED a classifica como Escola do Campo devido as suas características predominar como Escola do Campo.

O setor de Coordenação da Educação do Campo surgiu em 2011 no período em que o município aderiu o Programa Escola Ativa, porém foi extinto no final de 2013. No segundo semestre de 2019 o setor foi recriado, com uma composição de cinco funcionários, após os professores das Escolas do Campo do município terem participado da capacitação do Programa Escola da Terra, oferecido pela UFRRJ, voltando a fazer parte da estrutura da SEMED. Sob a Coordenação do setor estão oito Escolas do Campo, são elas: E.M. Santo Antônio, E.M. Rio D'ouros, E.M. Tânia da S. Carnaval Basílio, E.M. Carlos Alberto Pereira dos Santos, E. M. Vereador Paulo Félix Saudade, E.M.Creche Janderson A. Correa, E.M. Teófilo Cunha e Pedra Lisa e em nenhuma delas possui Educação de Jovens e Adultos e somente em uma delas há creche. Existe também uma creche muito próxima a uma das unidades classificadas como Escola do Campo, na mesma rua, a menos de 500 metros e no mesmo bairro, onde essas crianças ao saírem desta creche continuam a sua jornada educacional nesta Escola do Campo das proximidades, esta não é classificada como do campo.

A Escola Municipal Teófilo Cunha, não era classificada como Escola do Campo pelo IBGE, embora possuísse características de uma Escola do Campo, referendada no parágrafo único do art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa dos projetos que associem as soluções por essas questões á qualidade social da vida coletiva no país.” (MEC, 2002, p.37)

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação de Japeri, passou a considerar a Escola Municipal Teófilo Cunha como Escola do Campo, pois a mesma além de estar localizada em uma área rural, próximos a ela residem muitos sítiantes, e também conta atualmente com um público que vive majoritariamente da produção do campo, de um grupo de venezuelanos que veio buscar melhor qualidade de vida no Brasil e se instalou no bairro, o que trouxe a necessidade da Secretaria de Educação contratar um professor de espanhol para dar suporte aos professores. Abaixo a imagem da E.M Teófilo Cunha, como mostra a Figura 5.



Figura 5 – E.M Teófilo Cunha
Fonte: SEMED/Japeri (2019)

A Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio¹⁷, é uma Escola do Campo devido estar localizada em uma região rural do município de Japeri, classificada assim pelo IBGE e absorve um público que reside nas áreas próximas também classificadas como rurais, é uma escola com boa acessibilidade, embora a estrada a qual se encontra localizada não é pavimentada. A escola funciona em um pavilhão térreo com uma quadra esportiva coberta em anexo, conforme figura 6.



Figura 6 – E.M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio
Fonte da pesquisa (2020)

A Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos é uma escola localizada no Morro do Cruzeiro e também é classificada como Escola do Campo, pois, além da sua localização estar em uma área considerada rural, atende somente o público desta comunidade. É uma escola que funciona em apenas um pavimento com uma série de necessidades a serem atendidas, desde o seu acesso até mesmo necessidades básicas como saneamento básico, conforme ilustra a figura 7.



Figura 7 – E.M. Carlos Alberto Pereira dos Santos
Fonte da pesquisa (2020)

A Escola Municipal Pedra Lisa é uma Escola do Campo situada em uma região rural que foi marcada, ou melhor, surgiu através de muitas lutas de movimentos sociais do campo,

¹⁷ E.M Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio, antes denominada E.M.Santa Amélia mudou a denominação através da Lei nº1.232/2012 de 18 de maio de 2012.

na luta pela terra. Ela funciona em dois pavimentos, conforme ilustra a figura 8.



Figura 8 – Escola Municipal Pedra Lisa

Fonte da pesquisa (2020)

A E.M. Vereador Paulo Félix Saudade está situada na rua Teles s/nº no bairro Vila Laranjal – Japeri/RJ. Funciona em apenas um pavimento, conforme ilustra a figura 9.



Figura 9 – E.M. Vereador Paulo Félix Saudade

Fonte: SEMED/Japeri (2020)

A E.M. Santo Antônio é uma Escola do Campo situada na estrada Engenheiro Pedreira, nº09 no bairro Santo Antônio, Japeri/RJ. Oferece, além da Educação infantil, o ensino fundamental. É de fácil acesso, porém a rua ainda não é pavimentada, conforme ilustra a figura 10.



Figura 10 – E.M Santo Antônio
Fonte: SEMED/Japeri (2020)

A E.M. Rio D'ouro está localizada na rua João Mário, nº15, no bairro Rio D'ouro, Japeri/RJ, que é uma região classificada como área rural pelo IBGE. A escola é a única Escola do Campo que não possui educação infantil, tendo os alunos recorrerem as escolas vizinhas, conforme ilustra a figura 11.



Figura 11 – E.M. Rio D'ouro
Fonte: SEMED/Japeri (2020)

Um fato interessante ocorre nas escolas Santo Antônio e Rio D'ouro, que levam os nomes dos seus respectivos bairros onde estão localizadas, que devido serem bairros limítrofes com o município de Nova Iguaçu, essas unidades escolares acabam recebendo um grande público do bairro Adrianópolis, do município vizinho pois, embora tenha uma extensão muito maior do que a do município de Japeri, existe uma carência de unidade escolar para absorver todo o seu público.

A E.M de Educação Infantil Creche Janderson Alves Correa está situada em um local de difícil acesso, na Rua Moacir Ferreira nº 64 no bairro São Sebastião em Japeri/RJ, é classificada como Escola do Campo. A escola funciona no turno matutino com quatro turmas atendendo a creche e pré-escola. Figura 12.



Figura 12 - E.M de Educação Infantil Creche Janderson A. Correa
Fonte: SEMED/Japeri (2020)

2.5.1 Formação e Práticas docentes nas Escolas do Campo do município de Japeri.

As Escolas do Campo sempre tiveram carência de professores com formação acadêmica, concomitante com a vivência da realidade do campo, criando assim, uma lacuna entre o que deve ser ensinado e o que deve ser aprendido. Sendo assim, Tardif (2006) apresenta a necessidade de aproximar a experiência individual e coletiva do docente para a construção dos saberes do professor. Para este autor, estes saberes se moldam às experiências individuais e coletivas e, se transforma em hábitos e habilidades de saber, saber fazer e saber ser.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96¹⁸, em seu artigo 62, para o professor atuar no magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a exigência de formação mínima é o curso na modalidade Normal oferecido em nível Médio:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-à em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB 9394/96, 1996).

Sendo assim, esses professores com a formação rasa não têm, em sua maioria ou até mesmo em sua totalidade, o conhecimento sobre o que seja uma classe multisseriada, que se constitui por turmas que são organizadas com alunos de diversas séries (nível de escolarização) e diferentes idades em um mesmo espaço (salas) sob a responsabilidade de um mesmo professor, como destacam Fagundes e Martini (2003). Vale destacar que este não é um modelo de turma que se vê nas escolas urbanocêntricas, inclusive nem todas as Escolas do Campo são multisséries, porém esta é uma realidade presente na maioria das Escolas do Campo em Japeri, como as E.M. Carlos Alberto dos Santos Pereira e a E. M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio.

Desse modo, Tardif (1991) ao mesmo tempo em que afirma que o professor já possui uma bagagem, questiona se esse conhecimento trazido pelo professor é todo o saber que

¹⁸ LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

precisa para atender satisfatoriamente os discentes. Se tratando de um público do campo este questionamento se torna mais evidente na necessidade de uma formação continuada, pois através dela que serão adquiridos saberes que irão complementar aqueles já conquistados e trazidos pelos professores.

O docente que vai trabalhar em uma Escola do Campo, primeiramente, precisa entender a grande importância que existe em conhecer a proposta de Educação do Campo, para que possa convergir os seus saberes com os saberes produzidos pelo campo.

A Educação do Campo traz elementos culturais, vivências e, juntamente com a dinâmica do campo, um novo modelo de educação, saberes necessários para o bom desempenho do docente nas Escolas do Campo e conseqüentemente uma nova forma de se olhar uma escola. Nesta linha argumentativa, Tardif (1991) acrescenta que o professor padrão seria aquele que deve conhecer a sua matéria, sua disciplina e seu programa, possuir certos conhecimentos das ciências da educação e pedagogia, mas não deixar de incluir tudo aquilo que assimilou com a prática, com as suas experiências vividas no cotidiano com os seus alunos. Este argumento se remete, necessariamente, a uma formação continuada, mesmo que não sendo adquirida na academia, mas no chão da escola.

Complementando esta reflexão, Molina (2012) avança sobre a organização curricular das graduações em educação do campo, em especial a Licenciatura em Educação do Campo (LEC), ressaltando a busca por atitudes e processos que venham a exigir uma sinergia entre teoria e prática respeitando a bagagem social e cultural trazidas pelos estudantes.

A Licenciatura em Educação do Campo é um curso direcionado a formação docente para aqueles que desejam atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio das Escolas do Campo. A LEC/UFRRJ¹⁹ é oferecida na modalidade presencial e em regime de alternância, o que possibilita uma melhor condição de oferta de ensino superior para a população do campo que deseja ingressar em um curso superior. O regime de alternância se divide em dois tempos educativos: o tempo escola/universidade (TE) e o tempo comunidade (TC), no qual o estudante vivencia o que aprendeu na academia nos acontecimentos na comunidade. Então, esse estudante não se forma em uma disciplina específica, mas sim em umas das grandes áreas do conhecimento. No caso da LEC/UFRRJ, se formam em Ciências Sociais e Humanas (Sociologia e História).

A importância de uma formação ampliada para o professor do campo é também reforçada por Arroyo (2004), ao ressaltar que se deve direcionar todos os esforços para que a população do campo tenha acesso ao conhecimento e produza saberes, e que apenas as habilidades com a língua portuguesa e a matemática não sejam suficientes para a sua formação plena como cidadão

A necessidade de valorização dos docentes, suas práticas pedagógicas e os espaços menos privilegiados que estes docentes ocupam vem sendo reforçada em vários estudos sobre a Educação do campo. O difícil acesso às escolas, condições de trabalho, salários inferiores, escassez de qualificação profissional, infraestrutura precária são alguns fatores que contribuem para essa pouca valorização (INEP, 2007; RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004).

Nesse sentido, faz-se necessário conceituar práticas pedagógicas para que se compreenda a importância do seu papel no processo de ensino-aprendizagem, logo Caldeira e Zaidan (2010) assim definem:

A Prática Pedagógica é entendida como uma prática social complexa, acontece em diferentes espaço/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor- -aluno-conhecimento. Nela estão imbricados,

¹⁹ LEC/UFRRJ – Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

simultaneamente, elementos particulares e gerais. Os aspectos particulares dizem respeito: ao docente - sua experiência, sua corporeidade, sua formação, condições de trabalho e escolhas profissionais; aos demais profissionais da escola – suas experiências e formação e, também, suas ações segundo o posto profissional que ocupam; ao discente - sua idade, corporeidade e sua condição sociocultural; ao currículo; ao projeto político-pedagógico da escola; ao espaço escolar – suas condições materiais e organização; à comunidade em que a escola se insere e às condições locais (CALDEIRA E ZAIDAN, 2010, p.21).

A discussão sobre práticas pedagógicas inicia-se abordando a formação do docente no município de Japeri que, diferentemente de muitos quadros apresentados nas diversas literaturas, apresenta a formação mínima como condição ao exercício do magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, que é o ensino Médio na modalidade Normal, como já apresentado.

Embora a exigência mínima seja o ensino Médio na modalidade Normal, grande parte dos professores que atuam no município de Japeri, nas Escolas do Campo possui nível superior além de alguns docentes com pós-graduação lato sensu.

A formação docente é um fator muito importante para as práticas pedagógicas, pois é através dela que o professor adquire ferramentas e recursos pedagógicos capazes de promover o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Ser um fator importante não refuta a necessidade de outros fatores agregarem elementos significativos na aprendizagem dos alunos, pelo contrário, reforça a necessidade de criar um diálogo entre os diversos saberes produzidos no campo, com as particularidades em que a escola está inserida.

Nesse contexto, a formação continuada tem grande relevância no desempenho das práticas docente, conforme Freire (2001) destaca, que

a melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença de pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida ou já percebida, mas pouco assumida. (FREIRE, 2001, p.75).

Rever as práticas docentes que estão sendo aplicadas, se configura em um modelo de formação continuada, porém há outras maneiras de possibilitar ao professor uma formação continuada. Política pública direcionada ao desenvolvimento de capacitação docente das escolas do campo pode ser uma dessas possibilidades, de fazer com que o professor reflita sobre a forma na qual está desenvolvendo a sua prática pedagógica, ao mesmo tempo em que o coloca diante de outras formas de fazer pedagógico.

Direcionando o olhar para as políticas de incentivo à Educação do Campo, vale marcar que no segundo semestre de 2010 o município de Japeri aderiu ao programa Escola Ativa, cujo término foi em 2012, onde os profissionais envolvidos receberam um curso de capacitação em seis módulos, cada módulo com duração de quarenta horas, num total de duzentas e quarenta horas, sendo um módulo realizado em 2010, conforme o anexo G, quatro módulos em 2011 e um módulo em 2012. Ainda assim, as políticas públicas direcionadas as Escolas do Campo são ainda muito escassas, “tímidas”, conforme mostram Santos e Moura (2010),

Basta dizer que a única política pública implementada pelo Estado brasileiro para as classes multisseriadas, em nível nacional, é o Projeto Escola Ativa, desenvolvido a partir do ano de 1997, mas que se configura como uma ação isolada e que se alicerça em uma concepção política e pedagógica que não

tem resistido às inúmeras críticas que lhe tem sido direcionada (SANTOS E MOURA, 2010, P.37).

Apesar da sua importância, as Escolas do Campo com turmas multisseriadas ainda são abandonadas a um patamar inferior lidando com um ensino com poucas assistências, ou seja, quase não se tem discussão sobre a prática pedagógica nessas classes e a formação docente nesta modalidade, o que pode ser percebido pela carência de literatura sobre o assunto.

As turmas multisseriadas são turmas organizadas com apenas um professor fazendo a mediação com alunos de várias séries (anos) em um mesmo espaço, nesse sentido Rosa (2008, p.228) ressalta que as classes multisseriadas vão além da necessidade educacional, ao afirmar que:

a classe multisseriada é organizada, na maioria das vezes pelo número reduzido de alunos para cada série, o que a caracteriza mais do que uma simples classe. Ela representa um tipo de escola que é oferecida a determinada população e remete diretamente a uma reflexão sobre a concepção de educação com que se pretende trabalhar.

Para a autora, a escola com turma multisseriada consiste em uma separação de classe, pois ela seria oferecida para as camadas sociais mais pobres e que habitam em locais isolados, para Hage (2005) as essas classes permitem contribuir para a permanência do sujeito no campo pelo fato de possibilitar aos sujeitos uma escolarização no lugar onde vivem.

O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira ressalta que as escolas multisseriadas é um grande desafio para as políticas públicas na Educação do Campo, pois tem sido criticada frequentemente pela baixa qualidade de ensino e a ausência de formação específicas dos docentes que atua nessas classes:

“O problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nesses aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do Ensino Fundamental.” (INEP, 2006, p.19)

Nesse sentido, o Programa Escola Ativa buscou amenizar as carências desses elementos sinalizadas pelo INEP. Sendo assim, FREITAS *et al* (2020, p.104) apresenta o Programa Escola Ativa como um marco na Educação do Campo no município de Japeri, pois a adesão ao Programa foi a primeira iniciativa direcionada a Educação do Campo no município. Nesta obra, os autores sinalizam a importância que o Programa teve na Educação do Campo, embora suscetível a muitas falhas, o Programa Escola Ativa promoveu um novo olhar para as escolas e os docentes do campo que viera a se completar com a adesão ao Programa Escola da Terra. Dessa forma, embora o município de Japeri possua oito Escolas do Campo, somente três delas inicialmente participaram do Programa Escola Ativa, que foram: E. M. Carlos Alberto, E. M. Vereador Paulo Félix Saudade e a E. M. Santo Antônio. Segundo a Secretária de Educação que atuava neste período o Programa Escola Ativa beneficiou cerca de 600 alunos através do envio de equipamentos pelo Proinfo Rural²⁰, além disso, a E. M.

²⁰ ProInfo Rural é um programa nacional de tecnologia educacional criado pela portaria nº522/MEC para promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na rede pública de ensino

Carlos Alberto recebeu uma verba especial, o PDDE campo.

Antes da capacitação do Programa no município, houve uma “formação nas Escolas do Campo” promovida pela Secretaria Municipal de Educação, reunindo representantes de cada setor da SEMED (pedagógico, educacional e administrativo), que tinha como objetivo a conscientização sobre o conceito de Educação do Campo. Para o Coordenador das Escolas do Campo do município (Coordenador EC) da época “era importante o envolvimento de toda a Secretaria de Educação em prol de uma política pública eficaz para que o programa se desenvolvesse com solidez”, pois, em sua visão, era necessário que os envolvidos na escola entendessem “o que é Educação do Campo e em que campo eles estavam inseridos”. Essa preparação para a capacitação no Programa Escola Ativa aconteceu pelo fato do Coordenador EC também ser funcionário da prefeitura do município de Nova Iguaçu e ter participado como ouvinte da primeira formação do Programa Escola Ativa na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, já conhecia a dinâmica do Programa, e é nesse contexto que o município de Japeri, em 2010, aderiu ao Programa Escola Ativa.

Além disso, houve o resgate da autoestima dos funcionários das Escolas Municipais Carlos Alberto e Santo Antônio através de reuniões com o referido Coordenador uma vez que a interferência política era, e ainda é, muito presente no que se refere a alocação de funcionários, onde essas escolas acabaram sendo rotuladas como um “local de castigos para os funcionários” principalmente por ser um local de difícil acesso.

De acordo com o relato do Coordenador, o município de Japeri iniciou a capacitação do Programa Escola Ativa em três das seis²¹ Escolas do Campo, com a participação de onze professores, três gestores, três subgestores e o coordenador das Escolas do Campo. Após a conclusão do primeiro módulo incorporou outras três escolas, E.M. Pedra Lisa, E.M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio e a Creche Janderson A Correia, ampliando para seis, o número das escolas participantes do Programa.

A multiplicação da formação no município acontecia, através de organização de semanas de formação, como mostra o anexo H, onde foram apresentadas as estratégias do programa para os professores das Escolas do Campo. Após as semanas de formação, foram realizados encontros com os técnicos do programa, para acompanhar como estava sendo a receptividade dos alunos diante das novas estratégias de ensino, as expectativas dos pais quanto às mudanças na forma de desenvolver as atividades pedagógicas, de que forma os professores estavam se relacionando com esta nova forma de fazer pedagógico e também para trocar experiências das ações que eram realizadas nas escolas junto as estratégias do Programa, como mostra o anexo I. Os coordenadores também solicitavam aos professores que fizessem relatórios informando como estava acontecendo a adesão do Programa nas escolas. O anexo J apresenta exemplo de relatório realizado por uma professora.

Na E.M. Creche Janderson a oferta de ensino foi alterada para atender os princípios do Programa Escola Ativa, pois a Escola funcionava apenas com o atendimento a creche e foi ampliada para atender também a educação infantil. Sendo assim, o Programa esteve presente nas seis escolas do campo do município de Japeri, contando com a participação de 19 professores na capacitação. Em 2012, com a formação do Programa Escola Ativa ainda em curso, a Escola Estadual Rio D’ouro foi municipalizada através do ofício nº 097/2012 enviado pela SEEDUC/SUGEN à Secretaria Municipal de Educação e efetivada através da Lei Complementar nº 142/2012 de 18 de maio de 2012, onde o município passou a contar com sete Escolas do Campo no seu sistema educacional e, com isso, tanto os gestores como os professores da E.M Rio D’ouro passaram a participar da formação, através da multiplicação,

fundamental e médio.

²¹ Em 2011 eram 6 escolas do campo, passou a ser sete em 2012 com a municipalização da Escola Estadual Rio D’ouro e, em 2019, com a classificação da E.M Teófilo Cunha totalizou 8 escolas do campo no município de Japeri.

do Programa chegando a um total de 26 professores. Atualmente, nem todos continuam atuando nas Escolas do Campo, pois existe uma grande rotatividade de professores, principalmente nas Escolas do Campo do município, devido a questões políticas, além disso, alguns, já se aposentaram.

O Programa Escola Ativa, segundo a avaliação do Coordenador EC, mudou a dinâmica de trabalho nas Escolas do Campo do município, que além de usar as ferramentas apresentadas pelo programa, passaram a olhar para o entorno da escola e perceber a dinâmica da cultura local.

“O Programa Escola ativa fez com que as sete escolas do campo se organizassem como escola do campo, trazendo o campo para dentro das escolas, como exemplo: tivemos as montagens de murais contemplando os saberes e culturas locais”.(COORDENADOR EC)

O Programa Escola Ativa alterou a forma de conceber a Educação do Campo no município de Japeri, com ele, a criação dos conselhos escolares, os cantinhos da aprendizagem, a criação do livro da vida, produzido pelos alunos com relatos que achavam importantes registrar sobre a sua vida ou sobre algo que aconteceu na comunidade que deveria ficar registrado. O anexo K traz o livro da vida elaborado pelos alunos do 4º/5º da E.M. Carlos Alberto P. dos Santos.

No primeiro semestre de 2019, durante a formação do programa Escola da Terra, foi levantada uma questão pelos participantes da formação e a representante da Secretaria de Educação de Japeri sobre a classificação da E.M. Teófilo Cunha que era classificada como escola urbana pelo fato de estar localizada próxima a uma via pavimentada, porém a escola atendia um público predominantemente do campo. Após debater sobre a referida questão, a Secretaria Municipal de Educação entendeu que a E.M Teófilo Cunha deveria ser classificada como escola do campo passando a possuir oito escolas do campo no seu sistema educacional.

2.5.2 A Educação do Campo na Perspectiva da SEMED

A Secretaria Municipal de Educação de Japeri apresentou seus primeiros sinais de reconhecimento da existência da Educação do Campo em 2010, ao aderir ao Programa Escola Ativa junto a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ e o Ministério da Educação, MEC – criando-se uma perspectiva de valorização do povo do campo oferecendo uma educação de qualidade através da promessa de melhoria na infraestrutura das Escolas do Campo e a formação continuada dos professores. Sendo assim, foi criada a coordenação das Escolas do Campo com a finalidade de fomentar a aplicação das estratégias do Programa Escola Ativa. Porém, logo após o término do Programa Escola Ativa, foi extinta também a coordenação das Escolas do Campo, no final de 2013. FREITAS *et al* (2020,p.104) ressalta a importância que do Programa na Educação do Campo no município de Japeri,

“O Programa Escola Ativa foi produtivo uma vez que promoveu a orientação da prática pedagógica do professor, ofereceu instruções diretas para os trabalhos práticos em sala de aula, sugeriu estratégias de trabalhos individuais e em grupos para que os alunos progredissem na aprendizagem e desenvolvessem suas potencialidades com maior autonomia e permitiu aos educadores do campo que atuavam em classes multisseriadas uma primeira reflexão acerca das especificidades da Educação do Campo.”

Com a extinção da coordenação das Escolas do Campo no final de 2013, perdeu-se a continuidade do acompanhamento da aplicação das estratégias do Programa Escola Ativa nas

Escolas do Campo surgindo então uma lacuna entre a teoria adquirida na capacitação e a prática aplicada, ficando sob a responsabilidade de cada escola aplicar ou não as estratégias do Programa.

Em 2015, foi aprovado o Plano Municipal de Educação, PME, pela Câmara Municipal dos Vereadores através da lei nº 1.301 de 23 de junho de 2015 e sancionado e promulgado pelo, então Prefeito Municipal, Ivaldo dos Santos Barbosa. Este Plano, com duração de 10 anos, 2015 – 2025, está em cumprimento com a lei federal nº13005 de 25 de junho de 2014 e pretende manter o Ensino Fundamental universalizado, sob a responsabilidade do poder público, considerando a relação entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino de qualidade que não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade até a conclusão.

O Plano Municipal de Educação de Japeri prevê ainda a infraestrutura física das escolas, generalizando inclusive, as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas às pessoas com necessidades educacionais especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e adequação de equipamentos. A oferta dos programas de formação e de qualificação de professores é uma das metas desse plano, bem como o incentivo para que todos os professores busquem constantemente novos saberes e ascensão intelectual.

O Plano conta com a proposta de 20 (vinte) metas elaboradas para a sua realização até o final do decênio, ou seja, até 2025, onde o campo é citado explicitamente em apenas três dessas metas, a primeira delas, a **meta 3**, item 3.8, diz:

Articular com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a promoção de programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano. (PME, p.51)

Nesta meta a SEMED se compromete a ofertar a Educação de Jovens e Adultos também nas Escolas do Campo, pois até então não há oferta desta modalidade de ensino em nenhuma Escola do Campo. O segundo momento onde o campo é citado está na **meta 7**, item 7.4 que diz:

Estabelecer diretrizes pedagógicas para a Educação Básica com definição curricular comum, com objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitando a diversidade local e a necessidade das comunidades do campo. (PME, p.56)

Esta meta remete a importância do município ter participado do Programa Escola Ativa e participar atualmente do Programa Escola da Terra junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, pois através destes programas as Escolas do Campo passam a qualificar os seus profissionais e possibilitar a construção de diretrizes pedagógicas mais favoráveis ao desenvolvimento da Educação do Campo.

A terceira meta que cita o campo é a meta 8:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (PME, p.57)

Apesar dessa lacuna de cinco anos, a Educação do Campo no município volta ganhar visibilidade com o retorno do município de Japeri aos programas educacionais direcionados ao povo do campo, oferecido pelo Ministério da Educação através da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, em 2018, o município volta novamente os seus olhares para a Educação do Campo no momento em que adere a participação do Programa Escola da Terra, resultado da participação no Programa Escola ativa, e volta também a recriação da coordenação das Escolas do Campo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 A caminho das Escolas do Campo: O percurso metodológico da pesquisa

Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, por não haver a preocupação com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (MINAYO, 2001). Além disso, a pesquisa qualitativa foi realizada na modalidade do estudo de caso, pois é uma estratégia que analisa um fenômeno real considerando o contexto em que está inserido e as variáveis que o influenciam. Nesse contexto a pesquisa buscou verificar e compreender de que forma as práticas pedagógicas das Escolas do Campo do município de Japeri estão acontecendo, se estas estão dialogando com a metodologia do Programa Escola Ativa, bem como se através desta dialética foi possível perceber alguma evidência de legado deixado pelo Programa.

Ainda, foi desenvolvido um estudo exploratório que teve por objetivo aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não foi perfeitamente delineado” (APPOLINÁRIO, 2004, p. 87). A pesquisa foi desenvolvida em duas Escolas do Campo do Município de Japeri – RJ: A Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos e a Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio.

A pesquisa foi também bibliográfica, pois foi feito uso de referências publicadas por meios escritos e eletrônicos além de ter sido também documental, devido à coleta de dados ter sido feita em documentos oficiais, relatórios, fotografias, etc.

Foi utilizado também o método comparativo que, segundo Schneider e Schmitt (2011, p.1), neste método “é lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que pode-se descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais”.

Na busca de informações, as Escolas do Campo que participaram deste estudo, no período de fevereiro a maio de 2020, foram coletados dados utilizando como instrumentos: questionários semi-estruturados, conforme apêndice A, aplicados à doze docentes das turmas da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental das referidas escolas, entrevistas semi-estruturadas, conforme apêndice B, para quatro gestores; entrevista com o coordenador pedagógico da Secretaria Municipal de Educação; com o coordenador das Escolas do Campo do município de Japeri, e com a orientadora pedagógica da E.M. Tânia Mara conforme apêndice C, sendo um total de dezoito pesquisados, pois um dos docentes não respondeu o questionário enviado.

Da mesma forma que as escolas que foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa deram sua anuência para participação, conforme os apêndices E (E.M.Carlos Alberto P. dos Santos), F (E.M.Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio) e G (SEMED), os entrevistados também o fizeram assinando o termos de consentimento, conforme Apêndice D. A pesquisa também foi submetida ao Comitê de ética em Pesquisa da UFRRJ, cujo parecer encontra-se no anexo A

As entrevistas foram realizadas de forma presencial através de gravação de áudio e transcritas, com a coordenadora pedagógica da SEMED e as duas gestoras da EM.Carlos Alberto, e duas entrevistas de forma presencial com duas gestoras da E.M.Tânia Mara e o coordenador das escolas do campo do município . Quanto aos questionários, foram aplicados aos professores, no início do ano letivo em 2020, de forma presencial. Porém, em razão da pandemia do COVID-19 e do isolamento social, houve limitação em prosseguir com a pesquisa de campo, pois as escolas passaram a ter as suas atividades suspensas e os professores a trabalhar em regime *home Office*. Sendo assim, a metodologia da coleta de dados foi alterada. Foram aplicados um total de doze questionários, sendo onze respondidos.

Dois destes foram aplicados ainda de forma presencial na E.M. Carlos Alberto; e dez aplicados em meio digital aos professores da E.M. Tânia Mara usando a ferramenta *Google* Formulários, conforme o anexo E, disponibilizada pela plataforma *Google*. Destes, nove foram respondidos. Após o levantamento e coleta dos dados foi realizada uma análise reflexiva em relação ao tema foco da pesquisa.

Para melhor compreensão da pesquisa a identificação dos participantes foi definida da seguinte forma: os gestores, coordenadores e orientadores, foram identificados com as abreviações das respectivas escolas. Os professores da escola Carlos Alberto foram identificados de forma numérica, e os professores da escola Tânia Mara foi tiveram a identificação alfabética, conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Identificação dos participantes da pesquisa

Coordenador EC	Coordenador das Escolas do Campo.
Gestora CA	Gestora da E.M.Carlos Alberto.
Professora 1	Professora da E.M.Carlos Alberto que acumula cargo de subgestora.
Professora 2	Professora da E.M.Carlos Alberto, cuja formação é Ensino Médio na modalidade Normal.
Gestora TM	Gestora da E.M Tânia Mara
Professor A	Professor da E.M.Tânia Mara, mestrando da UFRRJ.
Professora B	Professora da E.M.Tânia Mara, participou da capacitação do Programa Escola Ativa.
Orientadora Pedagógica TM	Orientadora Pedagógica da E.M.Tânia Mara

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrevendo a realidade das Escolas do Campo pesquisadas

4.1.1 Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos

Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos, situada na estrada do André, s/nº, no Morro do Cruzeiro está distante 1.900 metros do centro do município Japeri, porém destes, 800 metros é somente de subida não pavimentada. Essa estrada, além de não ser pavimentada possui péssimas condições de conservação, ou seja, possui muitos buracos devido principalmente as erosões causadas pelo tempo chuvoso. De acordo com a Gestora da escola, “na época de chuvas é o período mais complicado, pois além de não ter como chegar de carro a subida nos dificulta muito o acesso à escola”. A figura 13 mostra a Estrada do André, o único acesso a escola e a comunidade.



Figura 13 – Estrada do André, Morro do Cruzeiro – Japeri/RJ

Fonte da pesquisa (2020)

Pela estrada do André, devido a dificuldade de acesso, não passa transporte público e, conseqüentemente não há transporte escolar, um dos motivos que, segundo entrevista com a direção da Escola Carlos Alberto, o público que frequenta a escola é constituído somente de alunos moradores da comunidade do Morro do Cruzeiro. Sendo a Estrada do André o único acesso a escola, é através dela que os professores e funcionários conseguem chegar a escola, onde em tempos chuvosos são obrigados, com muita dificuldade, subir a pé, devido às péssimas condições de acesso à comunidade. Em tempo firme e de calor é possível chegar com veículos leves, de pequeno porte. Em relação aos alunos, não há problemas quanto ao acesso à escola, visto que todos moram na proximidade da escola e, independente de condições climáticas, vão a pé.

A comunidade do Morro do Cruzeiro é formada por famílias humildes, inclusive há alguns residentes que ainda moram em casas de estuque feitas de barro. Na comunidade existem poucos serviços básicos essenciais como o abastecimento de água, tratamento de esgoto, onde o único serviço oferecido é o fornecimento de energia elétrica. A água que chega até as residências e na escola é proveniente de nascentes nas proximidades, o esgoto tem destino inexistente, e os lixos produzidos são queimados.

Na comunidade a única instituição que há, além da escola, é uma igreja evangélica. Não há posto de saúde, mercadinho e padaria. Qualquer produto que os moradores precisem é necessário deslocar-se da comunidade até o centro da cidade para adquiri-los. Segundo a direção da escola, na comunidade atualmente residem aproximadamente 200 pessoas, uma estimativa feita por moradores, uma vez que não existem registros recentes porque, tanto no

site da Secretaria de Educação quanto no mapa oficial do município o Morro do Cruzeiro não é visto como bairro e sim como integrante do bairro Chacrinha.

Os moradores são trabalhadores autônomos, onde a maioria trabalha em sítios de terceiros, utilizam o Programa Bolsa Família como a sua principal renda, além da venda de bananas, um fruto que nasce com facilidade na região e não precisa de muito manuseio para sua produção. O nível de instrução dos pais dos alunos é muito baixo, o que torna a escola o principal espaço para eliminar as dúvidas dos alunos sobre as atividades escolares, ou seja, quando os alunos têm alguma dificuldade para desenvolver algum exercício, recorrem a escola na busca de ajuda para que possam aprender e resolver as atividades a eles propostos, isso acontece, principalmente com aqueles que passaram pela escola e estão no segundo segmento do ensino fundamental. Um fator marcante na escola Carlos Alberto é a presença das famílias na escola, pois elas são muito participativas além de estarem sempre presentes na escola, principalmente quando solicitada a presença dos responsáveis em reuniões e/ou eventos culturais.

A história da comunidade do Morro do Cruzeiro, presente na memória dos moradores, é interessante. O nome surgiu devido a um morador muito antigo estar com um filho acamado, muito doente, e que fizera uma promessa: se seu filho conseguisse se recuperar da doença, ele iria colocar uma cruz bem grande no ponto mais alto do morro para que as pessoas ao olharem para aquela direção vissem esse sinal, essa cruz. Assim aconteceu, e as pessoas começaram a se referir aquele morro como Morro do Cruzeiro.

A Escola Municipal Carlos Alberto possui uma estrutura de pequeno porte, funcionando em um só pavimento, com duas salas de aula, dois banheiros, uma cozinha, um pequeno espaço coberto, uma espécie de varanda que utilizam para servir a merenda para os alunos e alunas, uma sala que funciona além de secretaria, como sala de direção e professores e também um pequeno espaço aberto, que utilizam para fazer atividades físicas.

A escola é dirigida por uma gestora (Gestora CA) e uma subgestora que acumula a função de professora (Professora 1) ambas com nível superior e pós-graduação *Lato Sensu*. A Gestora possui graduação em História com pós-graduação em Gestão Escolar, enquanto a Professora 1 é graduada em Matemática com pós-graduação em Letramento.

Sobre a formação destas gestoras, cabe ressaltar que a formação docente é um fator determinante para uma educação de qualidade, de modo a proporcionar uma educação contextualizada e significativa na vida dos alunos que estão inseridos nas turmas multisseriadas das Escolas do Campo. Esta formação irá proporcionar condições para o docente atuar de forma diferenciada e motivadora. Hage (2005, p.5) traz uma importante característica das turmas multisseriadas quando diz que “são espaços marcados predominantemente pela heterogeneidade reunindo grupos com diferenças de séries, de sexo, de idade, de interesses, de domínio de conhecimentos, de níveis de aproveitamento, etc.” Neste contexto, a maioria dos docentes que leciona nas Escolas do Campo encontra muitas dificuldades em desenvolver as suas práticas pedagógicas, pois necessitam de uma formação inicial e continuada adequada para terem êxito no processo ensino-aprendizagem destes alunos das Escolas do Campo. Muitas vezes, os docentes que atuam nas classes multisseriadas ainda possuem somente a formação inicial exigida para a realização do concurso público, ou seja, o Ensino Médio na modalidade normal, não possuindo uma formação consistente, com uma base teórica e metodológica adequada para atuar de modo eficiente. Guimarães (Citado por ROCHA e COLARES, 2012, p.46) afirma que “a formação torna-se o principal fator na qualidade do ensino, e que para isso, é preciso conhecer o que existe sobre o assunto buscando novos conhecimentos.”

As gestoras são funcionárias que trabalham no regime estatutário e chegaram ao cargo através de eleição democrática. Para a direção da escola, eleição democrática nas escolas públicas é garantir o direito de participação dos responsáveis dos alunos, os alunos e os

profissionais da educação na escolha das pessoas que irão administrar a unidade escolar. Segundo Paro (1994) historicamente, há três formas de escolhas para a direção nas escolas públicas: a nomeação por autoridade estatal, como acontecia no município de Japeri até 2019, onde os líderes do governo indicavam os diretores das escolas, os quais não precisavam, necessariamente, fazer parte do quadro docente ou funcionário daquela unidade escolar; o concurso de títulos e provas; e a eleição direta, que é a forma atual utilizada pelo município, em que diferentes segmentos da sociedade escolar participam do processo de eleição da direção.

Quando se concebe a eleição de diretores no âmbito da gestão democrática, a função do diretor se torna diferenciada no que se refere à forma de organização escolar, pois o que acontece na escola é responsabilidade de toda a comunidade escolar e não somente da direção.

Além das gestoras, no quadro de funcionários também consta uma professora (PROFESSORA 2) e uma cozinheira, totalizando quatro funcionários na escola. Por este motivo, alguns funcionários acabam adquirindo dupla função, como é o caso da Subgestora, que também assume a função de professora; e a da cozinheira, que também realiza a função de Agente de Serviços Gerais.

A escola funciona somente no turno matutino, com Educação Infantil e Ensino fundamental I - do primeiro ao quinto ano, com duas turmas multisseriadas organizadas conforme mostra o quadro 3:

Quadro 3 – Organização das turmas multisseriadas da E.M.Carlos Alberto

Turma	Classes	Alunos
Turma 01	Edu. Inf. I / Edu Inf. II / 1º ano Ens. Fundament.	11
Turma 02	2º ano / 3º ano / 4º ano e 5º ano Ens. Fundament.	07
Total		18

Fonte: PPP da E.M.Carlos Alberto (2020)

A escola já ofereceu a Educação de Jovens e Adultos - EJA, mas deixou de oferecer devido à onda de violência que começou a se intensificar em Japeri, que fez com que, por segurança, o professor responsável pela EJA encerrasse suas atividades na escola se transferindo para outra unidade mais próxima do centro, ocorrendo a extinção desta modalidade de ensino.

“Havia a oferta da EJA nesta escola, funcionava no período vespertino. Quem trabalhava com a turma da EJA era um professor que não morava no município, quando começou a onda de violência, com a questão da implantação das UPPs no Rio, o professor ficou com medo e pediu transferência desta escola para outra mais próxima do centro e de melhor acesso”. (PROFESSORA 1)

Com o término da oferta da EJA, a comunidade do Morro do Cruzeiro, composta por aproximadamente 200 pessoas, teve a sua condição de melhoria reduzida, à medida que a oferta de acesso à educação para adultos que não tiveram essa oportunidade deixou de contemplar este povo, tornando a sua capacidade de mobilização social comprometida, pois impactaria diretamente no âmbito econômico, político e social. Freire (1987, p.87) afirma que “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Nesse contexto, a comunidade teve uma perda significativa com o fechamento da EJA, pois o conhecimento muda as pessoas trazendo melhores condições de vida e as ajudam a conquistar sonhos.

Segundo a Professora 1, atualmente há uma tentativa de transformar a escola em uma unidade de tempo integral, porém funcionaria somente até às 15 horas, pois devido ao acesso,

dificultaria o retorno dos funcionários considerando que a estrada, além de não ser pavimentada também não possui iluminação pública.

A escola recebe apenas o recurso financeiro do PDDE – Participação Dinheiro Direto na Escola – que tem por finalidade dar assistência financeira as escolas, de forma suplementar, para contribuir na manutenção da infraestrutura física e pedagógica, com o objetivo de melhorar o desempenho escolar. De acordo com as gestoras, somente uma vez a escola recebeu o PDDE Campo, que é o Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo.

O PDDE Campo é um programa que tem por objetivo destinar recursos financeiros de custeio e capital às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados na educação básica a fim de propiciar adequações e benfeitorias na infraestrutura físicas dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino (MEC, 2012). Esses recursos são liberados em favor das escolas de educação básica do campo que possuem unidade executora própria devendo ser empregados na contratação de mão de obra para a realização de reparos ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar. Os recursos variam de acordo com o número de alunos matriculados, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 – REPASSE DOS VALORES DO PDDE CAMPO

Intervalo de classe de número de alunos	Valor do repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total (R\$)
04 a 50	8.120,00	3.480,00	11.600,00
51 a 150	9.100,00	3.900,00	13.000,00
Acima de 150	10.500,00	4.500,00	15.000,00

Fonte: Portal FNDE (adaptado),(2020).

4.1.1.1 Formação continuada e práticas docentes nas Escolas do Campo.

O perfil dos profissionais da Escola Municipal Carlos Alberto apresenta um panorama diversificado onde a Professora 1, que também atua na escola como subgestora, acumulando dupla função, traz consigo uma marca forte da Educação do Campo, além de trabalhar na escola desde a sua fundação. Participou do Programa Escola Ativa e também de outros cursos de capacitação voltados para a Educação do Campo, como, por exemplo, o Programa Escola da Terra. Ela nunca atuou em escola urbana, se reconhecendo como docente de uma Escola do Campo.

“Desde que cheguei na escola, eu me identifiquei com ela, pois me trouxe uma lembrança da minha infância. A escola tem a sua precariedade sim, mas também tem a riqueza cultural e a simplicidade de um povo que olha a escola como um lugar onde é possível realizar sonhos. Lá na usamos as histórias contadas pelos alunos para trabalhar a língua portuguesa, a horta para trabalhar assuntos de ciências. São coisas que talvez não seja possível fazer em uma escola urbana, por exemplo, lá não tem horta.”
(PROFESSORA 1).

A Gestora CA também se reconhece como gestora de uma Escola do Campo mesmo não tendo feito curso de capacitação direcionado ao público do campo, mas diz conhecer o Programa Escola Ativa. Já atuou em uma escola urbana, na mesma rede municipal e, quando questionada sobre a diferença entre gerenciar uma escola rural e uma escola urbana, indicou

que a diferença se resumia apenas na velocidade da chegada dos insumos nas escolas, bem como as visitas dos representantes da Secretaria de Educação.

“A diferença que há entre uma escola urbana e uma escola do campo, pelo menos aqui em Japeri, é que na escola urbana os insumos chegam mais rapidamente às escolas urbanas e também os representantes da Secretaria de Educação aparecem com mais frequência lá.” (GESTORA CA)

É possível perceber nas falas que as duas gestoras tem concepções distintas em relação a identidade de uma Escola do Campo. A Gestora CA concebe a identidade das Escolas do Campo de forma semelhante à classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que classifica essas escolas como Escolas do Campo pelo fato de estar localizada em uma região classificada como rural, ou seja, para a Gestora CA a identidade da escola está definida somente pela sua localização. Dessa forma, a SECAD (2007, p.14) define as escolas rurais como:

“... são aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas como do campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas, são assim consideradas porque atendem a população de municípios cuja produção econômica, social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo.”

Sendo assim, de acordo com a Gestora CA, a Escola Carlos Alberto é uma escola que está no campo pelo simples fato de estar localizada em uma região classificada como zona rural, se aproximando do conceito de escola rural e não Escola do Campo. Porém quando se fala de Escola do Campo o conceito ganha uma nova amplitude, se estendendo além da localização geográfica, considerando toda dimensão em que a escola está inserida. Para Hage (2005, p.1), a Educação do Campo é aquela “que quer expressar os interesses e necessidades de desenvolvimento dos sujeitos que vivem, trabalham e são do campo, e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano.”

A Professora 1, por sua vez, traz outro olhar sobre a concepção de uma Escola do Campo, se aproximando do conceito trazido pelas diretrizes operacionais da Educação do Campo que vai além do espaço escolar, contemplando os saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva na busca de soluções para uma melhor qualidade social de vida no campo. Para ela uma Escola do Campo deve priorizar a cultura, a realidade local e a luta da comunidade na busca de melhores condições individuais e coletivas deste povo do campo.

“Não basta a Escola Carlos Alberto estar localizada em uma região rural assim classificada pelo IBGE, devemos olhar a maneira com que a comunidade vive, a sua cultura e a sua luta, como a comunidade estabelece as suas relações, com a escola e com o mundo. A escola é apenas um espaço onde permite que essas relações estabeleçam e criem novas relações e concepções. O currículo pode ser o mesmo, mas a forma de tratar os assuntos é particular de cada espaço campesino.” (PROFESSORA 1)

Não é algo simples determinar a identidade de uma Escola do Campo, pois o campo não é um espaço homogêneo, e é por isso mesmo que a luta dos movimentos sociais por uma educação básica do campo no final da década de 90 traz em seu principal discurso a valorização da Educação do Campo que articula com os saberes do campo indicando um fator determinante para a identidade campesina. Por isso, essa luta foi um marco para a população do campo que trouxe uma mudança significativa para a Educação do Campo no momento em que deixa de usar como referencial Educação no Campo passando a usar a expressão

Educação do Campo. Pode parecer pouco, mas o simples fato de mudar as palavras “no” para “do” marcou profundamente o novo momento para a educação do povo do campo. Dessa forma não basta ser uma educação aplicada em um espaço campesino, deve-se também ser pensado na cultura, na situação política, social e econômica em que estão envolvidos esses sujeitos do campo (ARROYO, 1999).

Nesse contexto, existe uma diferença entre as expressões Educação no Campo e Educação do Campo. Uma das prerrogativas da classificação de uma Escola do Campo está nas características do público que frequenta essa escola, ou seja, não basta que esta escola esteja localizada em uma área determinada como rural pelo IBGE, mas deve-se considerar que esses alunos que frequentam essa escola devam ser predominantemente povo do campo onde a educação deve ser pensada neste público campesino. Para Caldart (2002), a educação deve ser no e do campo, porque o povo deve ser educado no lugar onde vive e ao mesmo tempo em que deve ser pensada no seu lugar e com a participação vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais deste povo.

A prática pedagógica reúne uma série de fatores profissionais e pessoais do professor. Esses fatores estão intimamente ligados uns aos outros e refletem na forma do professor atuar. Nesse sentido Tardif (2011) se refere a esses fatores como saberes construído e em construção que os professores adquirem ao longo de sua vida, não se importando com a temporalidade, mas sim com os espaços que é a fonte de aquisição destes saberes. Essa heterogeneidade de saberes, vinda de fontes diversas, que vão sendo construído, relacionado e mobilizados pelos professores de acordo com as exigências de sua atividade profissional é o que lhes permitirão recursos para aplicar na sua prática docente. O quadro 4 apresenta de que forma o autor classifica esses saberes.

Quadro 4 – Saberes dos Professores

SABERES DOS PROFESSORES	FONTES SOCIAIS DE AQUISIÇÃO	MÉTODOS DE INTEGRAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE
Saberes pessoais dos professores.	A família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato, etc.	Pela história de vida e pela socialização primária.
Saberes provenientes da formação escolar anterior.	A escola primária e secundária, os estudos pré-secundários não especializados, etc.	Pela formação e pela socialização pré-profissionais.
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério.	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem, etc.	Pela formação e pela socialização profissionais nas instituições de formação de professores.
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho.	A utilização das “ferramentas” dos professores: programas, livros didáticos, fichas, etc.	Para utilização das “ferramentas” de trabalho, sua adaptação às tarefas.
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.	Pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Fonte: Tardif (2006, p.63)

Tardif considerou todos os saberes que ele acredita, serem utilizados pelos professores na sua vida profissional e que interferem diretamente na sua prática pedagógica.

Na escola Carlos Alberto foi percebida conduções distintas dessa prática entre as professoras. A professora, ao assumir o papel de subgestora, acumula a vivência do campo, conhecimentos específicos com a Educação do Campo adquirido em cursos e treinamentos e a experiência docente construída na prática das Escolas do Campo, revelou que se reconhece como docente de uma Escola do Campo e não manifestou o desejo de trocar essa escola por nenhuma outra mesmo não tendo recursos ideais que uma escola urbana possui.

“Eu estou trabalhando no município há mais de dez anos, vivenciei muitas coisas aqui neste bairro, nesta escola, e mesmo não morando aqui, e sabendo das dificuldades que é trabalhar em uma escola do campo, não quero e nem pretendo sair desta escola, mesmo sabendo que em uma das unidades urbanas tem mais recursos e mais acesso.”

(PROFESSORA 1)

A formação, a vivência pessoal e profissional desenvolvem novos olhares e produzem novos saberes pedagógicos que influenciam a forma de condução da escola e também as práticas pedagógicas. Torna-se mais necessário a sensibilidade desses olhares à medida que se trata de uma escola do campo do primeiro segmento do Ensino Fundamental com turmas multisseriadas, pois esses fatores interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, esses olhares distintos entre gestores e entre professores da E.M Carlos Alberto causam intensos impactos e refletem na forma de como é conduzida a escola bem como direcionam a forma de desenvolvimento e utilização de instrumentos e práticas pedagógicas.

Como já apresentado, o Programa Escola Ativa propõe uma forma de organização de trabalho pedagógico onde permite aos alunos exercitarem diferentes possibilidades de cooperação, comparação e troca de experiências e conhecimentos, colocando uma criança com mais experiência em contato com crianças menores, o que pode se tornar uma fonte de desenvolvimento da aprendizagem. O Programa ainda apresenta como estratégia da sua metodologia os elementos Caderno de Ensino-Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade, sendo assim, as estratégias metodológica do Programa Escola Ativa são, atualmente, parcialmente utilizadas, pois a escola utiliza apenas O Cantinho da Aprendizagem e o Cantinho do Saber, além da interação com a Comunidade.

De acordo com o relato da Professora 1, os alunos tiveram uma melhoria no desenvolvimento, tanto na questão da leitura quanto na questão da escrita, pois adoram utilizar o cantinho da aprendizagem e o cantinho do saber. Em sua avaliação, estes recursos colaboraram muito para a mudança da dinâmica pedagógica em sala de aula fazendo com que eles se enxergassem como crianças pertencentes ao campo, como um lugar que está não isolado do mundo. Puderam perceber que muitas das coisas que eles tinham e viviam eram semelhantes às das crianças da cidade, porém de uma forma diferente.

“Após a conclusão da formação continuada do programa Escola Ativa eu comecei a enxergar melhor a forma de trabalhar com as turmas multisseriadas da escola do campo, pois nem a minha graduação nem a pós-graduação tive contato, nem estudei sobre esse modelo de turma, também não estudei sobre escolas do campo, por isso a formação continuada para mim é muito importante para a minha prática docente.” (PROFESSORA 1).

A Professora 1, tem sua prática pedagógica pautada no diálogo entre a experiência docente, articulação entre o planejamento enviado pela Secretaria Municipal de Educação e a cultura local, e suas aulas acontecem dentro e fora da sala de aula, usando o campo como

recurso para a produção de conhecimento. Para ela, os cursos de formação continuada e a vivência na escola e o convívio com a comunidade tem sido os elementos que tem construído a sua identidade profissional e é isso que tem motivado cada vez mais seu desejo em trabalhar nesta escola.

A medida que se envolve cada vez mais com as questões da comunidade, da escola e do campo, constrói uma relação de pertencimento e identidade rural. Esta prática pedagógica demonstra atender às reivindicações dos movimentos do campo por uma educação *do* campo, que como vimos, tem o sentido de melhorar a qualidade de ensino nas escolas do campo contemplando os saberes produzidos pelos sujeitos do campo a medida que se discute uma educação feita no campo e pensada para o campo respeitando as especificidades existente no campo. É nesse sentido que Kolling, Cerioli & Caldart (2002) fundamentam o sentido da expressão “Por uma Educação do campo”:

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: Pela ampliação do direito à educação e a escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da pedagogia do oprimido (KOLLING; CERIOKI & CALDART, 2002, p. 13).

A Professora 2 tem como formação o Ensino Médio na modalidade Normal e trabalha na escola desde a sua fundação, o que a faz se reconhecer como uma professora do campo. No entanto, traz consigo características de professora urbana, suas práticas pedagógicas estão pautadas exclusivamente no planejamento enviado pela SEMED que até o momento, não tem um planejamento diferenciado que se articule com a realidade das Escolas do Campo. Consequentemente, suas aulas são realizadas somente em sala de aula, sem o emprego de instrumentos e metodologias pedagógicas, que seriam possibilitadas através de seu envolvimento com espaços de formação continuada e que, além de enriquecer sua atuação docente, a aproximaria da realidade em que atua.

Esta Professora não possui curso de formação continuada direcionado ao público do campo. Chegou a iniciar a capacitação do Programa Escola Ativa, porém não a concluiu. Desse modo, conhece o Programa parcialmente, mas, segundo ela, o tempo que esteve no Programa fez com que ela mudasse a sua prática pedagógica em sala de aula.

“O pouco tempo que tive no Programa Escola Ativa me fez enxergar a escola de outra forma e a lidar com os alunos de forma diferente. Eu usava o cantinho do saber e também levava os alunos na horta da escola às vezes. É uma coisa que jamais tinha pensado em fazer antes do Programa Escola Ativa e via que as crianças ficavam felizes quando tinham o contato direto com a terra.” (PROFESSORA 2)

Embora a professora 2 não tenha realizado a capacitação do Programa Escola Ativa por completo, o tempo que esteve no Programa a fez refletir sobre as suas práticas docentes colocando em prática algumas ações do Programa, contudo, com a descontinuidade do Programa, a fez retornar as antigas práticas docentes.

Ao final da entrevista, a professora 2 fez um questionamento onde perguntou sobre a forma de acesso a UFRRJ, pois ela tem interesse em fazer uma faculdade nesta instituição.

“Você que está fazendo um mestrado lá na Rural, como é entrar (ingressar) em uma faculdade lá? É muito difícil? É que eu estou interessada em fazer uma faculdade, mas acho que é muito difícil entrar lá, e para fazer uma

faculdade particular, com o salário que tenho fica muito difícil.”
(PROFESSORA 2)

Diante deste questionamento, foi apresentada a ela a Licenciatura em Educação do Campo - LEC, pois devido já estar atuando e envolvida com a Educação do Campo era uma boa opção de curso, pois contribuiria enormemente no desenvolvimento da vida profissional e pessoal dela além de colaborar nas suas práticas pedagógicas.

4.1.2 Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio

A Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio, classificada como Escola do Campo pelo IBGE por estar situada na zona rural do município de Japeri, localiza-se na Rua Dona Amélia, nº10, no bairro Santa Amélia, Engenheiro Pedreira, Japeri/RJ. Fundada em 07/04/1976 como Escola Municipal Santa Amélia, teve seu nome substituído pelo atual, em 2012, com objetivo de homenagear sua ex-diretora, Tânia Mara.

O Bairro é muito carente e durante a entrevista chegou um responsável de um aluno e pediu ajuda para conseguir alimento para a sua família. Logo, se reforça a importância da merenda escolar na vida de uma quantidade considerável de famílias de alunos durante a entrevista. Neste sentido, a escola assume um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade, não só na questão educacional, mas também na condição social, onde a merenda escolar ganha um destaque crucial à medida que para muitas famílias se torna uma das refeições diárias dos alunos, senão a única, como ressaltado por Bezerra (2009). Segundo a Gestora (Gestora TM) “muitos pais no dia das reuniões, vem na escola, entram, tomam café e vão embora não participando efetivamente da reunião”.

A escola possui 333 estudantes distribuídos em dois turnos, matutino e vespertino, e atualmente oferece Educação Infantil nos níveis I(04 anos) e nível II (05 anos), Ensino fundamental I (do 1º ao 5ºano) e Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano), conforme mostra a quadro 5.

Quadro 5 – Distribuição das turmas da E.M Tânia Mara

TURNO MATUTINO								
TURMA	601	602	701	702	801	802	901	TOTAL
ALUNOS	30	31	25	24	26	20	29	185
TURNO VESPERTINO								
TURMA	N1	N2	101	201	301	401	501	TOTAL
ALUNOS	15	05	24	23	25	26	30	148
TOTAL DE ALUNOS DA ESCOLA								333

Fonte: PPP da E.M. Tânia Mara da S.C.Basílio (2020)

Para atender essa demanda a escola conta com um quadro de trinta e três funcionários, conforme mostra a quadro 6.

Quadro 6 – Funcionários da E.M.Tânia Mara da S.C.Basilio

FUNCIONÁRIOS	QUANT.
Gestor(a)	01
Subgestor(a)	01
Orientador(a) Pedagógico(a)	02
Orientador(a) Educacional	01
Professor Educação infantil nível I e II	01
Professor(a) Ensino Fundamental I	06
Professor(a) Ensino fundamental II	15
Aux. de secretaria	01
Auxiliar de serviços gerais	02
Merendeira	01
Assist. Administrativo Operacional	02
TOTAL	33

Fonte: SEMED Japeri/RJ (2020)

A escola possui um amplo espaço com infraestrutura favorável ao desenvolvimento da Educação do Campo. A estrutura conta com 9 salas de aula amplas, sala de direção, sala de coordenação, secretaria, sala de professores, Sala de vídeo, laboratório de informática com nove computadores, dispensa, biblioteca, cozinha ampla, refeitório, quadra poliesportiva coberta com vestiários masculino e feminino, banheiros masculinos e banheiros femininos, um pátio arborizado e um espaço para trabalhar com horta. O prédio da escola é próprio, com energia elétrica, abastecimento d'água regular e também possui saneamento básico.

A escola, através de projetos da Secretaria Municipal de Educação, torna-se o principal espaço para as atividades socioculturais, pois os alunos não têm acesso fácil a praças, parques, teatros, cinemas, etc. Além disso, a quadra poliesportiva é também utilizada pela comunidade para prática de lazer.

O Projeto Político Pedagógico, o PPP, da escola é um dos principais documentos construído democraticamente pela escola e para a escola, criando metas, prevendo as ações e estabelecendo procedimentos e instrumentos de ação, de modo a garantir um planejamento democrático e participativo na execução de práticas pedagógicas que venham a proporcionar uma educação de qualidade. Segundo Libâneo (2005, p.345) “O projeto é o documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação”.

Nesse sentido, pode-se observar a diretividade e rumo que a escola apresenta na busca de solucionar os seus problemas e as contribuições para o desenvolvimento da sociedade a qual está inserida. De acordo com o PPP da E. M. Tânia Mara, a escola apresenta a sua identidade voltada para o povo do campo:

“Estamos direcionando esta prática (pedagógica) voltada para o homem do campo. Transformando a escola num espaço democrático e de respeito aos valores desse homem, na construção de um projeto de escola camponesa. O envolvimento da comunidade local nas atividades da escola será um fator importante. O resgate da autoestima e a valorização desse homem é o

objetivo do trabalho. Esta valorização é tão importante quanto a aprendizagem do aluno.”
(PPP E.M TÂNIA MARA DA S. C. BASÍLIO)

O PPP da escola apresenta uma preocupação com o homem do campo, sendo assim, o documento revela que estão criando ações que direcionam a uma identidade de escola do campo comprometida com as condições do povo do campo na busca de uma valorização deste homem do campo. Sendo assim, o PPP acrescenta:

“Podemos dizer que estamos organizando a reflexão, a participação e os meios para garantir a valorização e a ampliação de possibilidades do homem do campo e sua condição, criando e recriando condições de existência deste homem. Portanto, este trabalho é uma estratégia importante para a sua condição campestre em todas as suas dimensões”. (PPP E.M TÂNIA MARA)

Para colocar em prática este Projeto Político Pedagógico a escola conta com uma gestora graduada em Pedagogia e pós-graduada em educação infantil que chegou a direção através de um processo de eleição. De acordo com a Gestora, a Secretaria Municipal de Educação não acompanhava com frequência as atividades da escola, poucas visitas aconteciam e que somente começou a ter uma frequência regular de visitas e acompanhamentos nas ações da escola após a participação do município no Programa Escola da Terra que teve início no final de 2018, terminando a capacitação no primeiro semestre de 2019. Quando questionada sobre o Programa Escola Ativa ela revelou conhecer o programa, porém não realizou a capacitação e que alguns professores começaram a ter uma nova postura em sala de aula, mas, com o passar do tempo voltaram às antigas práticas pedagógicas.

“Um dos professores, após o Programa Escola Ativa mudou a sua prática pedagógica, mas, com o passar do tempo e a falta de suporte e acompanhamento da Secretaria de Educação, voltou às práticas antigas que sempre fazia.” (GESTORA TM)

A escola conta atualmente com seis professores atuando nas turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental 1, mas, somente um professor atua em classe multisseriada, atendendo vinte alunos sendo quinze alunos da turma N1 (nível 1) e cinco alunos da turma N2 (nível 2). Os professores, em maioria possuem nível de formação superior, licenciatura e somente uma professora possui o nível médio na modalidade Normal, e um dos professores (professor A) é mestrando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.

Nenhum dos professores passou pela capacitação do Programa Escola Ativa, porém, a professora B, disse conhecer o Programa e com isso mudou a sua prática pedagógica: “ Não participei do Programa Escola Ativa, eu o conheci de uma palestra em outra escola e passei a ver a necessidade de falar na linguagem dos alunos.” Com essa atitude e utilizando um planejamento flexível de acordo com as necessidades e/ou assuntos do momento, a professora B afirma ter conseguido um melhor aproveitamento nas atividades propostas.

Segundo a Orientadora Pedagógica TM, a dificuldade de divulgação de informações é um fator que prejudica as ações pedagógicas nas Escolas do Campo do Município de Japeri, e quando foi transferida para a escola, disse não ter sido informada que a escola a qual ela estava sendo conduzida era escola do campo.

“Quando eu cheguei na Escola não sabia que ela era uma escola do campo, somente muito tempo depois que fui saber que a escola era classificada como escola do campo. Assim como eu, a maioria dos profissionais da

escola não sabe que a Tânia Mara é uma escola do campo, mesmo porque o planejamento que chega para escola é único, é o mesmo para todas as escolas. Somente agora é que tem aparecido representante da SEMED para acompanhar algumas ações que estão acontecendo depois que houve o curso Escola da Terra na Rural”. (ORIENTADORA PEDAGÓGICA TM)

Nesse sentido, os professores reconhecem o espaço em que a escola está inserida como um espaço rural, porém, a maioria deles não se reconhece como professores do campo, pois utilizam práticas pedagógicas de espaços de escolas urbanas, não levando em consideração as especificidades do campo. Somente a professora B, que relata ter participado de palestra sobre formação específica, se reconhece como professora do campo e procura utilizar alguns procedimentos do Programa Escola Ativa, tais como os Cantinhos da Aprendizagem e o Cantinho do Saber. Além disso, utiliza a horta como ferramenta de aprendizagem para ensinar ciências para os alunos e também um diário (caderno de aprendizagem).

Os alunos da E.M. Tânia Mara utilizam transporte escolar que é oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, e este tem uma importância significativa para a questão da permanência do aluno na escola. Em 2011, o município de Japeri recebeu de recursos do FNDE a quantia de R\$ 196.020,00 através do Programa Caminho da Escola para a aquisição de ônibus escolar, além desse recurso, o município recebeu também para realizar serviços diversos no transporte escolar um total de R\$24.780,86 do PNATE²². Há de se ressaltar que o programa PNATE é um programa direcionado ao apoio de transporte escolar nas áreas rurais que, por muitas vezes são usados no atendimento de toda a rede de ensino. Esses alunos utilizam o transporte até a escola, e mesmo a rua de acesso não ser pavimentada, permite que o ônibus escolar chegue até a escola e ao final de cada turno, retornam em uma trajetória deixando os alunos em pontos bem próximos as suas residências. Os ônibus não buscavam os alunos em todos os bairros, principalmente os mais distantes como o bairro Laranjal, o que acarretava o atraso dos alunos que moravam lá e, conseqüentemente, um atraso no desenvolvimento dos alunos uma vez que chegavam na escola com as aulas em andamento.

Embora o encontro para a capacitação do Programa Escola Ativa tenha sido realizado na quadra da escola, nenhum dos atuais professores da escola passou pela formação do Programa, mas é perceptível na fala da professora B, que conheceu o programa através de uma palestra em outra escola em que atua, a diferença dos olhares e a forma de conduzir as suas práticas pedagógicas conseguindo assim um resultado satisfatório no processo de ensino aprendizagem e que, devido a esse olhar diferenciado para o sujeito do campo, utiliza outros espaços, além da sala de aula, com por exemplo, a horta, o espaço do pátio, como ferramenta e instrumento para o seu fazer pedagógico.

Percebe-se que as duas Escolas do Campo pesquisadas apresentam estrutura física e organização de pessoal e social distinta em relação ao seu contexto social e suas práticas docentes. Enquanto que a E.M.Carlos Alberto, localizada na região rural onde não passa transporte público e carente de saneamento básico, possui duas turmas multisseriadas com um total de 18 alunos, os professores continuam a utilizar, parcialmente, as estratégias do Programa Escola Ativa, como: O cantinho da aprendizagem, o cantinho do saber, pois nesse espaço os alunos têm o contato com literaturas de diversas áreas, ao mesmo tempo em que oportuniza a socialização das experiências e dos conhecimentos entre os alunos.

Embora a Gestora C.A tenha uma visão reducionista sobre o conceito de Escola do

²² PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – Consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve também para pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Campo, possibilita que os professores utilizem tais estratégias não comprometendo o plano de ensino determinado pela SEMED e também não se opondo ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem baseado nas especificidades do campo e na cultura local.

O mesmo não acontece na E.M.Tânia Mara que possui uma grande estrutura, saneamento básico, é de fácil acessibilidade e pouco utiliza a metodologia do Programa Escola Ativa, até porque, o professor da única turma multisseriada não se considera um professor do campo e não participou das formações. A Gestora TM, embora relatasse que conhece o Programa Escola Ativa, também não fomenta a utilização das estratégias do Programa. Por outro lado, a professora B, que conheceu o programa através de outra escola, utiliza algumas estratégias do programa como o cantinho do saber, além de ter construído uma horta para desenvolver a sua prática docente. Neste sentido, os alunos acabam desenvolvendo interesse pelos assuntos abordados, pois, além do sentimento de pertencimento à terra, é apresentada na prática, a teoria vista em sala de aula.

A distinção entre as escolas também está presente na participação da comunidade, em especial, os responsáveis pelos alunos, pois na E.M.Carlos Alberto a comunidade está presente e participativa, criando um vínculo entre comunidade e escola, porém na E.M. Tânia Mara não acontece, nem mesmo quando os responsáveis são convidados. Um fato há de se destacar, é que, exceto dois professores, um de cada escola, possuem o curso de formação de professores na modalidade do Ensino Médio Normal e todos os demais possuem graduação.

A formação docente, como já mencionado, é um fator muito importante no processo ensino-aprendizagem, pois influenciam diretamente nas suas práticas pedagógicas. É notória a contribuição das formações dos Programas Escola Ativa e Escola da Terra aos professores das escolas pesquisadas que tiveram acesso aos mesmos e utilizam mais recursos pedagógicos para tornar as suas práticas docentes mais significativas transformando as suas aulas em uma extensão das suas vivências tornando a escola em um espaço de produção de saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a Educação do Campo no município de Japeri/RJ, partindo da investigação sobre o Programa Escola Ativa em duas das oito Escolas do Campo do Município. Nesse sentido, estudos sobre a Educação do Campo e o Programa Escola Ativa contribuíram para referenciar a literatura, bem como as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

A pesquisa possibilitou compreender de que forma aconteceu a adesão ao Programa Escola Ativa pelo município, bem como os reflexos dessa adesão às práticas pedagógicas nas Escolas do Campo, e uma reflexão acerca do reconhecimento da identidade das Escolas do Campo influenciando a forma de utilizar os instrumentos e ferramentas pedagógicas. Além disso, possibilitou detectar a dificuldade encontrada pelos docentes em (re)conhecer as especificidades das Escolas do Campo. Nesse sentido, este estudo permitiu identificar formas distintas de conduzir os trabalhos docentes, tendo como diferencial a formação continuada específica e as experiências adquiridas com as vivências nas Escolas do Campo.

A pesquisa demonstrou que o reconhecimento da Educação do Campo no município de Japeri surgiu a partir da adesão ao Programa Escola Ativa, capacitando os professores das Escolas do Campo apresentando uma estratégia de ensino que até então era única, semelhante a das escolas urbanas. Porém, com a descontinuidade do Programa, a invisibilidade da identidade dessas escolas volta à tona, até o município ser convidado a participar do Programa Escola da Terra, pela UFRRJ em parceria com o MEC, pelo fato do município ter passado pelo Programa Escola da Ativa. Assim a SEMED volta a olhar para as Escolas do Campo, embora ainda de forma muito tímida.

Ficou evidente que embora a maioria dos docentes das Escolas do Campo tenha formação superior, a maioria deles não possuía formação continuada específica em Educação do Campo e aqueles que participaram do Programa Escola Ativa, apresentaram sensibilidade pedagógica para desenvolver estratégias de aula levando em consideração os elementos que definem a Educação do Campo.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas com as gestoras das Escolas do Campo sinalizaram a distinção entre as formas de conduzir o trabalho pedagógico, onde aquelas que tiveram formação continuada específica do campo e passaram pelo Programa Escola Ativa enxergam o campo como possibilidades de produção de conhecimento e como recurso pedagógico. Assim, podem adaptar o currículo à realidade em que a escola está inserida, o que não acontece com os gestores que não passaram pelo Programa e que se limitam em seguir, exatamente, o planejamento enviado pela SEMED.

Ficou evidente a falta de articulação da SEMED com o campo, pois, embora o município tenha aderido ao Programa Escola da Terra, as ações praticadas não alcançam as especificidades das Escolas do Campo. Foi possível perceber que o município teve dois momentos que se apresentaram com ações direcionadas às Escolas do Campo. O primeiro, quando aderiu ao Programa Escola Ativa, momento em que o município conhece o conceito de Educação do Campo; e o segundo, quando participou do Programa Escola da Terra, dando prosseguimento à formação continuada que se iniciou com o Programa Escola Ativa. Entre as duas formações foi criada uma lacuna onde não houve ações efetivas que viessem a promover a Educação do Campo no município de Japeri.

Percebeu-se que a formação inicial dos docentes, em sua maioria, corresponde ao determinado pela LDB, e que a maioria possui nível superior, o que nos remete em pensar numa qualidade de ensino oferecida aos alunos do campo, porém, verifica-se que ainda falta muito para o que se deseja para a Educação do Campo. Os professores percebem que são docentes de Escola do Campo, porém não se reconhecem como docentes do campo, ou seja, eles estão no campo, mas, não são do campo.

Diante disto, devido a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como foco a formação continuada dos docentes das Escolas do Campo e que possa estimular o desenvolvimento de competências e habilidades que venham contemplar o ensino do povo do campo. Nesse contexto, a pretensão dessa pesquisa foi contribuir na luta pela Educação do Campo no município de Japeri, ressaltando a importância que o Programa Escola Ativa teve no processo de formação continuada, bem como as suas contribuições para o desenvolvimento de práticas docentes e o reconhecimento das Escolas do Campo de Japeri. Dentre as contribuições para a Educação do Campo trazidas pelo Programa ao município de Japeri, destacam-se:

- a) A criação da Coordenação das Escolas do Campo;
- b) A aquisição do PDDE Campo, recurso financeiro destinado especificamente às Escolas do Campo;
- c) Mudança nas práticas de alguns docentes, que passaram a contemplar a cultura local e as especificidades do campo;
- d) A criação do Conselho Escolar nas Escolas do Campo;
- e) Estímulo à participação mais ativa das comunidades nas Escolas do Campo;
- f) Melhora da autoestima dos professores que trabalham nas Escolas do Campo;
- g) Participação dos docentes no Programa Escola da Terra.

Vale reafirmar que a formação continuada dos professores do campo não deve ser uma iniciativa particular, mas promovida pela gestão pública através da SEMED, que deve cumprir com a sua responsabilidade com a Educação do Campo para além da manutenção da infraestrutura das escolas. Implica compreender esta educação e as escolas como espaço que promovem a construção e a reprodução de saberes e de vida. A formação continuada dos professores é uma via para a construção dessa concepção, que também deve se fazer acompanhar da oferta de condições dignas de trabalho, materiais pedagógicos, salários justos, entre outras necessidades, que viabilizam a garantia de concretizar o direito a educação de qualidade para o campo.

Como contribuição deste estudo para a Educação do Campo no município de Japeri, algumas sugestões são apresentadas para a SEMED, como:

- a) Melhoria das condições da infraestrutura das Escolas do Campo de modo a possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas envolvendo o campo;
- b) Promover e estimular a participação docente nas formações continuadas, pois deste modo melhora a qualidade da formação docente e conseqüentemente um melhor entendimento sobre o seu papel de mediador campesino;
- c) Manutenção da permanência dos docentes nas Escolas do Campo, pois deste modo, o docente que passou por formação específica e vivencia o campo possa desenvolver melhor suas habilidades aproveitando o arcabouço de conhecimentos adquiridos pelos mesmos.
- d) Distinção nas orientações e planejamentos escolares das Escolas do Campo contemplando as especificidades do campo e a cultura local. Utilizando a realidade dos discentes, o envolvimento da turma com as atividades propostas bem como o seu aproveitamento serão melhores e significativas nas suas vidas.
- e) A implantação da EJA nas Escolas do Campo, uma vez que a população do campo está desenvolvendo as suas atividades no campo durante o dia e sobrando-lhes apenas a noite para realizar os estudos.

Nesse contexto, o Programa Escola Ativa trouxe além de uma estratégia educacional para as Escolas do Campo, a visibilidade a essas escolas, que contribuiu para que novos olhares fossem lançados para essas escolas e que vem a se confirmar ao participar do Programa Escola da Terra, com uma representação significativa de docentes nesta capacitação.

Embora o município de Japeri sinalize a retomada de olhares para a Educação do Campo, a SEMED continua apresentar a sua forma de conduzir o planejamento escolar de forma única, não considerando as especificidades as quais as escolas estão inseridas. Nesse contexto, o olhar da SEMED se aproxima do início da trajetória da educação brasileira corroborando as desigualdades sociais, desprezando o campo como produção de conhecimento, como reafirmado por Bicalho (2018).

Nesse contexto, percebe-se que entre avanços e retrocessos, a Educação do Campo no município de Japeri, ainda há muito que caminhar, precisa-se principalmente de um olhar que contemple os elementos políticos, sociais e culturais em que as escolas estão inseridas, possibilitando a construção de uma identidade de Educação do Campo em Japeri.

6 REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: Um Guia para a Produção do Conhecimento Científico**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004, 300p.

ARROYO, Miguel Gonzales e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo – Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília – DF, Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzales e FERNANDES; CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação básica do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENEVENUTO, Monica A. D. R.; BICALHO, Ramofly.; FRADE, Carmen O.; GONÇALVES, Silvana. **A UFRRJ no Programa Escola Escola Ativa e o Programa Escola Ativa na UFRRJ**, 5º CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Porto Alegre, RS, 2011.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 103-115, 2009.

BICALHO, Ramofly dos Santos – **Reflexões sobre o PRONACAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior**. ECCOS – Revista Científica, São Paulo, n.45, p.221-236, 2018.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002**, Brasília, 2002.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação; Câmara Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008**, Brasília, 2008.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Diretoria de Projetos Especiais, Fundo de Fortalecimento da Escola**. Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa, ESCOLA ATIVA, Brasília 2006.

_____; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo**, Resolução nº36 de 21 de agosto de 2012, Brasília 2012.

_____; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do campo**. Brasília: Inep/MEC, 2006.

_____; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Lei n.9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão; Diretoria de Políticas Públicas. ESCOLA ATIVA, Projeto Base.** Brasília, 2010

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão; Diretoria de Políticas Públicas. Disponível em:**<http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17443-pdde-campo> . Acesso em 21 de novembro de 2019.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Diretoria de Políticas Públicas de Educação do Campo, Indígenas e para Relações Étnicas Raciais; Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo. PRONACAMPO, Documento Orientador.** Brasília, 2013.

CADERNOS SECAD 2 – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – **Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas.** Brasília.2007.Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>> Acessado em 20 jul.2020.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra: Escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____, **Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção.** IN: Educação do campo: Identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2002.

_____, Educação do Campo. In: **Dicionário da educação do campo.** CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDEIRA, Anna M. S.; ZAIDAN, Samira. **Práticas Pedagógicas.** In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C.; VIEIRA, Lívia Maria F. (Org.) Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: GESTRADO/FAE/UFMG, V.1. 2010.

FAGUNDES, José; MARTINI, Aldair Cesar. **Políticas educacionais: da escola multisseriada à escola nucleada. Olhar de Professor,** Ponta Grossa, V.6, n.1, p.99-118, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____, **Política e Educação: Ensaio.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Org. e notas de Anna Maria Araújo Freire).

FREITAS, A. F. O. *et al.* **Classes multisseriadas, práticas pedagógicas e estudos da realidade nas Escolas do Campo do Estado do Rio de Janeiro.** 1 ed. Goiânia: Kelps, V.1, p.101-135, 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Panorama da educação do campo.** Brasília, DF, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo. **Metodologia de Pesquisa**. Série Educação à distância. 1ª edição. SEAD/UFGS. Porto Alegre: Editora da UFGS, 2009.

GUIMARÃES, Waldenira Santos. **Políticas de Educação do Campo e Formação de Professores**. In: ROCHA, Solange Helena Ximenes; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Orgs.). **Formação de Professores: Pesquisa com ênfase na escola do campo**. Curitiba (Pr): Editora CRV, 2012.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônica**. In _____, (Org). **Educação do Campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg, 2005.

_____, **A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Texto apresentado no I Encontro de Formação de Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/2005.

JAPERI, Prefeitura Municipal de Japeri. Lei nº 1301 de 23 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Projeto de Lei. Japeri, 2015.

JUNIOR, Evandro de O. **Diversidade sexual, educação do campo & inclusão escolar: Desafios e perspectivas nas experiências da Escola Municipal Tânia Mara Carnaval Basílio – Japeri/RJ**. 2019. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica, 2019. Disponível em <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/07/TCC-Evandro-de-Oliveira-Silva-Jr.pdf> Acessado em 12/08/2020.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.) **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas. Articulação nacional Por Uma Educação do Campo**, Brasília, V.4, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOCHI. **Educação Escolar: política, estrutura e organização**. 2.Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes – Petrópolis, 2001.

MOLINA, M. C; SÁ, L. M. *A Licenciatura em educação do campo da universidade de Brasília: Estratégias Político pedagógicas na formação de educadores do campo*. In: **Licenciaturas em Educação do Campo – Registros e reflexões a partir das experiências piloto** (UFMG; UnB; UFS e UFBA) (Orgs.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOLINA, M.C. **PRONERA como construção prática e teórica da Educação do Campo**. In: ANDRADE, Márcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa. Brasília: PRONERA, 2004, p.61-85.

_____, **NOVA ESCOLA**; entrevista concedida a Paula Nadal em 01 de dezembro de 2012, disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/970/entrevista-com-monica-molina-especialista-em-educacao-do-campo> Acesso em 31 de dezembro de 2018.

MOLINA, R. S. **Escola agrícola prática “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências: 1881 a 1903.** 2011. 209f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. f21.

_____, **História da Educação Agrícola no Brasil: educação do campo versus educação ruralista.** Rev. Educação, PUC - Campinas, SP, set/dez, 2019.

MOLINA, R. S.; SANFELICE, J. L. **A gênese da institucionalização do ensino agrícola no Brasil.** Educere et Educare, v.9, n.17, p.213-229, 2014.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** 5. ed. São Paulo, Loyola, 1987.

PARO, Vitor Henrique. **Eleições de diretores na escola pública.** Revista Brasileira de Administração Escolar. Brasília, v. 10, n. 2. 1994.

PPP – **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Carlos Alberto Pereira dos Santos – EMCAPS – Japeri.RJ,2019.

PPP – **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio – EMTMSCB – Japeri.RJ,2019.

ROSA, Ana Cristina Silva. **Educação de Jovens e adultos: o desafio das classes multisseriadas.** São Paulo: Umesp, 2008. Dissertação de mestrado.

SANTOS, Clarisse A.; MOLINA, MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M.S.A. **Memória e história do Pronera: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária,** Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasil, 2011.

SANTOS, Fábio Josué Souza; MOURA, Terciana Vidal. **Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas.** In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 2), pp. 35-48.

SCHNEIDER, S; SCHMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas ciências sociais.** S/d, 43p. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/373.pdf>>. Acesso em 24 de agosto. 2011.

SEMED; disponível em <https://prefeituradejaperi.blogspot.com/2011/09/japeri-discute-programa-para-escolas-de.html>. Acesso em 13 de junho de 2019.

SOBRAL, Francisco José M. **Retrospectiva histórica do ensino agrícola no brasil.** REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. RN, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. **Os professores face ao saber: Um esboço de uma problemática do saber docente.** Teoria e Educação. Nº 4, p.215-233, Porto Alegre, RS, 1991.

7 ANEXOS

Anexo A - Parecer do Comitê de Ética

22/11/2020

https://sipac.ufrj.br/public/jsp/processos/documento_visualizacao.jsf?dDoc=603469



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PARECER Nº 764 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Seropédica-RJ, 24 de agosto de 2020.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 046/2020

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "O Programa Escola Ativa e o seu legado no município de Japeri - RJ" sob a coordenação da Professora Dr^a. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Instituto de Agronomia/Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, processo 23083.006864/2020-10, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

(Assinado digitalmente em 24/08/2020 17:55)

LUCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
PROAPPG (12.28.01.00.00.46)
Matrícula: 387335

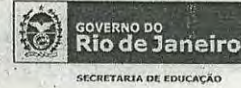
Processo Associado: 23083.006864/2020-10

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 764, ano: 2020, tipo: PARECER, data de emissão: 24/08/2020 e o código de verificação: d38dcb305d

Anexo B - Guia de Orientações



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE DIVERSIDADE EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA -RJ



ORIENTAÇÕES PARA A UTILIZAÇÃO DOS CADERNOS DE ENSINO APRENDIZAGEM – 17/06/2011.

Considerando a contextualização do Programa Escola Ativa acerca do processo de avaliação dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem pelo MEC/SECADI, que indicou a necessidade de providências e de orientação às equipes do Programa que atuam junto aos sistemas de ensino.

Considerando a análise da edição/2010, realizada por especialistas de Instituição de Educação Superior, que apontou a necessidade de adequação de diversas partes do material.

Considerando as contribuições dos supervisores estaduais do Programa e o debate realizado durante a reunião técnica com a equipe da SECADI/MEC, que apontam na necessidade de reorientação do Programa, definem-se os seguintes encaminhamentos e orientações:

- Disponibilização, pela SECADI/MEC, dos materiais de apoio com as alterações realizadas, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, visando subsidiar os multiplicadores e professores na utilização dos cadernos já distribuídos nas escolas;
- Encontros nos macrocentros do Programa, sob coordenação dos supervisores estaduais, com o apoio dos pesquisadores e formadores das instituições de educação superior, para orientação aos professores multiplicadores nos municípios;
- Reuniões nos microcentros, sob coordenação dos professores multiplicadores, para orientação aos professores das salas multisseriadas sobre a utilização dos materiais;
- Realização de visitas de acompanhamento técnico-pedagógico, pelos professores multiplicadores para apoio aos educadores no processo de ensino e aprendizagem;
- Levantamento das escolas do Programa Escola Ativa sem adesão ao PNLD, para providências de encaminhamentos dos livros didáticos;
- Levantamento das escolas contempladas pelo PNBE (PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA), livros literários, e quais publicações poderiam ser disponibilizadas a fim de dar suporte ao desenvolvimento do ensino de Língua Portuguesa;
- Utilização dos cadernos de ensino e aprendizagem do Programa Escola Ativa como apoio e com as devidas observações e de outros suportes que ampliem as atividades de ensino e aprendizagem;
- Socialização das informações sobre a continuidade do programa, a partir destas orientações, junto à comunidade escolar e nos processos de formação continuada dos professores;
- Seleção de livros didáticos constantes no PNLD, para a utilização em 2012, garantindo a continuidade do processo enquanto se efetiva a proposta de materiais para 2013;
- Reunião com as instituições formadoras para discutir os processos atuais de formação de professores;
- Constituição de grupo de trabalho do MEC com representatividade dos vários segmentos envolvidos no Programa Escola Ativa, para sua reformulação;
- Seleção de novos materiais no âmbito do PNLD atendendo as especificidades da Política de Educação do Campo, para disponibilização em 2013, a partir da adesão no PAR em 2012;
- Encaminhamento de ampliação da proposta de atendimento às classes multisseriadas pelo Programa Proinfo, contemplando também as escolas com até 50 educandos;
- Realização da reunião técnica entre o MEC/SECADI e os estados que aderiram ao Programa Escola Ativa, com a participação das Coordenações da Educação do Campo e Escolar Indígena para a discussão do atendimento, contemplando também os educandos indígenas.

Brasília, 10 de Junho de 2011.

Rita de Cassia Rodrigues da Silva
Mat. 500.9833-5 – SEEDUC

Anexo C - Materiais e Kits Pedagógicos

MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROGRAMA

Coleção de livros didáticos - Educador:

- Caderno de Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadores do Programa Escola Ativa.
- Caderno de Orientações didático pedagógico de Alfabetização e letramento para os três anos iniciais
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Língua Portuguesa para o 4º e 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Matemática do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de História do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Geografia do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Ciências Naturais do 1º ao 5º ano.

KIT PEDAGÓGICO

KIT 1

- 1(um) Globo terrestre
- 1 (uma) Bússola
- 1 (um) Esqueleto humano (45cm)
- 1 (um) Kit com régua, esquadro, compasso e transferidor.

KIT 2

- 2 (dois) Alfabeto móvel cursivo
- 2 (dois) Alfabeto móvel Script
- 1 (um) Jogo memória de sílaba

KIT 3

- 1 (um) Ábaco vertical aberto
- 1 (um) Material pedagógico dourado
- 1 (um) Tangran
- 1 (um) Jogo de números com pinos emborrachados.
- 1 (um) Jogo alfa-numérico
- 1 (uma) Escala Cuisenaire
- 1 (um) Jogo pedagógico bloco
- 1 (um) Jogo de Xadrez

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROF. WANESSA ZAVARESE SECHIM

wanessa.sechim@mec.gov.br

(55) 61 2104 6289/6263

(55) 61 9944 0104

Fax (55) 61 2104 6235



Anexo D - Calendário dos Microcentros 2012



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Rua Rosária Loureiro, 181 - Centro - Japeri - RJ CEP: 26435-220
Tels.: (0XX21) 2670-1107 e 2670-1340 CNPJ: 39.485.396/0001-40



Agenda anual dos microcentros

1º bimestre	10 de fevereiro de 2012, 02 de março de 2012, 13 de abril de 2012
2º bimestre	04 de maio de 2012, 01 de junho de 2012, 06 de julho de 2012
3º bimestre	03 de agosto de 2012, 14 de setembro de 2012
4º bimestre	05 de outubro de 2012, 09 de novembro de 2012, 07 de dezembro de 2012

Anexo E - Pauta Do II Microcentro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Coordenação das Escolas do Campo



Japeri, 16 de março de 2012.

Pauta do II Microcentro

- ✓ Acolhida – enfrente a igreja;
- ✓ Excursão guiada;
- ✓ Recepção pelo comitê de Boas Vindas;
- ✓ Texto Reflexivo;
- ✓ Aula passeio;
- ✓ Planejamento;
- ✓ Avisos;
- ✓ Relatório;
- ✓ Avaliação do encontro;
- ✓ Almoço.

“Nunca duvide da capacidade de um pequeno grupo de dedicados cidadãos para mudar os rumos do planeta.

Na verdade, eles são a única esperança de que isso aconteça.”
Margareth Mead

Anexo F - Avaliação de um Microcentro

Avaliação do microcentro

O encontro realizado com o propósito de tirar dúvidas em vista da formação e das ações iniciadas em torno do Programa Escola Ativa, correspondeu ao seu fim. Interajimos e estabelecemos pontos estratégicos quanto a realização do Plano de Aula e do Provas como meio de avaliação, um dos meios de avaliação. E desmistificamos o uso do material específico às turmas multisseriadas.

29/03/11

Janara Galvão Benedito

Anexo G - Módulo I de Formação

Programação do Encontro de Formação

Formação do Programa Escola Ativa
Módulo I: Metodologia do Programa Escola
Ativa
13 a 17 de setembro de 2010.



1º Dia (13/09/10) – Auditório Paulo Freire – ICHS/UFRRJ

08:00 h – Credenciamento;
08:30 h - Abertura
09:00 h – 1ª Palestra
12:00 h – intervalo
13:30h às 17:00h – Estudo da Unidade I
Módulo I CB Socialização das Atividades;
Módulo II; Socialização das Atividades CQ
Apresentação de slides Sistematização da
Unidade I

2º Dia (14/09/10) – CAIC Paulo Dacorso Filho

08:00 h – Acolhida;
Estudo da Unidade II, Módulo I ao Módulo II
12:00 h – intervalo
13:30h às 17:00h – Socialização dos
Trabalhos realizados em grupo;
Apresentação de slides para Sistematização
da Unidade II;
Avaliação dos trabalhos.

3º Dia (15/09/10) – CAIC Paulo Dacorso Filho

08:00 h – Acolhida;
Estudo da Unidade II, Módulo III ao Módulo IV
12:00 h – intervalo
13:30h às 17:00h – Socialização dos
Trabalhos realizados em grupo;
Estudos da Unidade II – Módulo V e VI;
Sistematização das atividades em grupo;
Sistematização das atividades do dia
Avaliação dos trabalhos

" Ninguém educa ninguém,
ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizado pelo mundo.."

Paulo Freire

4º Dia (16/09/10) – CAIC Paulo Dacorso Filho

08:00 h – Acolhida;
07:30 h às 12:00 h Estudo da
Unidade II, Módulo I ao
Módulo IV
12:00 h – intervalo
13:30h às 17:00h –
Socialização dos Trabalhos
realizados em grupo;
Estudos da Unidade II –
Módulo VII e VIII;
Apresentação de slides para
Sistematização da Unidade II
– Módulo VII e VIII
TQ Sistematização das
atividades do dia
Avaliação dos trabalhos

5º Dia (17/09/10) – CAIC Paulo Dacorso Filho

08:00 h – Acolhida;
12:00 h – intervalo
13:30h às 17:00h –
Planejamento dos técnicos para
a formação com os professores;
Sistematização dos Trabalhos
realizados em grupo;
Plenária final do encontro

Interlocutor do módulo: Temístoclis Bastos Maciel
Pedagogo (UEPA),
Especialista em Educação (UEPA):
Especialização em Educação pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa
– Portugal e CINTEP Faculdades – PB;
Mestrando em Ciências da Educação pela
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias de Lisboa – Portugal.

Anexo H - Multiplicação da Formação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA
Coordenação das escolas do campo

I FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE JAPERI

PERÍODO DE 21/02/2011 a 25/02/2011
(Módulo I – Metodologia do Programa Escola Ativa)

PROPOSTA

1º Dia: 21/02/2011 (segunda-feira)
Local: E. M. Santa Amélia

- ✓ 8h- Credenciamento
- ✓ 8h e 30 min - Abertura
- ✓ 9h e 10 min - Lanche
- ✓ 9h e 30 min - Estudo da Unidade I – módulo I
- ✓ Palestra: “A Educação no Campo e seus Fundamentos/ Escola Ativa – Uma proposta diferente” (Palestrante: Professor Ramonny B. dos Santos da UFRJ)
- ✓ 12h almoço.
- ✓ 14h e 30min - Lanche
- ✓ 14h e 45 min -Estudo da Unidade II- módulo I
- ✓ Metodologia do programa Escola Ativa (Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 16h e 30 min - Socialização e sistematização do estudo do módulo I da Unidade II.

2º Dia: 22/02/2011 (terça-feira)
Local: E. M. Santa Amélia

- ✓ 8h- Acolhida: Dinâmica (comitê de boas vindas).
- ✓ 8h e 30 min - Estudo da unidade II- Módulos II e III (Dinamizador: José Carlos - SEMEC).
- ✓ 9h e 20 min - Lanche
- ✓ 9h e 30 min - Módulo III: Gestão Democrática (Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 12h - Almoço
- ✓ 13h - Acolhida
- ✓ 13h e 10min - Estudo da Unidade II – módulo IV- Relação Escola X Comunidade (Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 16h- Sistematização e Avaliação dos trabalhos.

3º dia- 23/02/2011 (quarta-feira)
Local: E. M. Santa Amélia

- ✓ 8h- Acolhida (dinâmica com o comitê de boas vindas)
- ✓ 8h e 30min –Estudo da Unidade II- módulos V e VI (A)= Parte I-Módulo V: Cantinhos de aprendizagem, espaços interdisciplinares de pesquisa(Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ Parte II- Oficinas:
- ✓ Ciências (Vilma –Coord. de Meio Ambiente- SEMEC)
- ✓ Língua(gens) (Regiane- Coord. das Salas de Leitura - SEMEC)- Matemática (Márcos Gonçav- Coord. da E. J. A. - SEMEC e Daniela Bellago- Diretora de Cultura)
- História e Geografia (Sandra O.P. - E.M. Duque de Caxias)
- Dificuldades de Aprendizagem (Abigail – Coord. da Educação Especial) e Orientação Educacional)
- ✓ 10h – Lanche
- ✓ 12h - Almoço
- ✓ 13h - (B) = Construção dos Cantinhos de Aprendizagem (Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 14h e 10 min - (C) = Socialização em plenária

4º dia- 24/02/2011 (quinta-feira)
Local: E. M. Santa Amélia

- ✓ 14h e 30 min - Lanche
- ✓ 14h e 45 min - (A) = Estudo do módulo VI da Unidade II- Cadernos de Atividades, Icones, Organização, Utilização (Dinamizador: José Carlos - SEMEC).
- ✓ 16h – Sistematização dos módulos V e VI da unidade II(Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 8h - Acolhida (dinâmica com o comitê de boas vindas).
- ✓ 8h e 30 min - Palestra: O que são Habilidades e Competências? (Carlos Augusto Duarte- Mestre em Educação pela UFF)
- ✓ 9h e 30 min – Lanche
- ✓ 10h – Conhecer a nova grade curricular por habilidades e competências (Dinamizador: José Carlos - SEMEC)
- ✓ 12h- Almoço
- ✓ 13h- Estudo da Unidade II módulo VII- A importância de planejar (José Carlos – Coord. das Escolas do Campo- SEMEC)
- ✓ 14h e 30 min – Lanche
- ✓ 14h e 45 min - Palestra: Patrícia Tortelore – Coordenadora de Meio Ambiente e das Escolas do Campo da SEMED de Nova Iguaçu)
- ✓ 16h - Sistematização e avaliação do módulo VII

Anexo I - Encontro com os Técnicos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO



Japeri, 21 de setembro de 2011.

I Encontro do Grupo de Trabalho dos Técnicos do Programa Escola Ativa

Pauta

- ✓ 9h- Acolhida e Café da manhã
- ✓ 9h e 30 min. – Texto reflexivo: “Severina”
- ✓ 9h e 45 min. – Troca de experiências através de Seminário Expositivo
- ✓ 12h – Almoço

- ✓ 13h - Encaminhamento das análises dos Cadernos de Aprendizagem
- ✓ 14h - Criação da Proposta e Agenda de Trabalho

- ✓ 15h – Lanche
- ✓ 15h e 20min. – Construção da ATA ONLINE

- ✓ 16h – Encerramento

*“Educar é plantar com sabedoria e colher com paciência.”
Augusto Cury*

Anexo J - Relatório de Ações e Atividades



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO



Relatório de Ações e Atividades

Dando início aos trabalhos, colocando em prática o Programa Escola Ativa, a receptividade da turma foi satisfatória; agradaram-se dos livros e interagiram bem a nova estrutura das aulas... Estamos descobrindo juntos novas formas de aprendizagem e colocando em ação recursos como o Cantinho de Aprendizagem, o calendário de presença e a caixa de sugestões.

Identificação :

Nome da escola: Escola Municipal Santo Antônio

Professor(a): Jussara Dalino Benedito

Turma: 401 / 501 Ano de Escolaridade: 4º / 5º



Relatório

O desenvolvimento do trabalho vem acontecendo de forma mais consciente e tranquila pois já colocamos no papel e por meio das atividades de grupo as propostas exigidas pelo projeto. Mas com dificuldades, ainda, na construção do livro da vida.

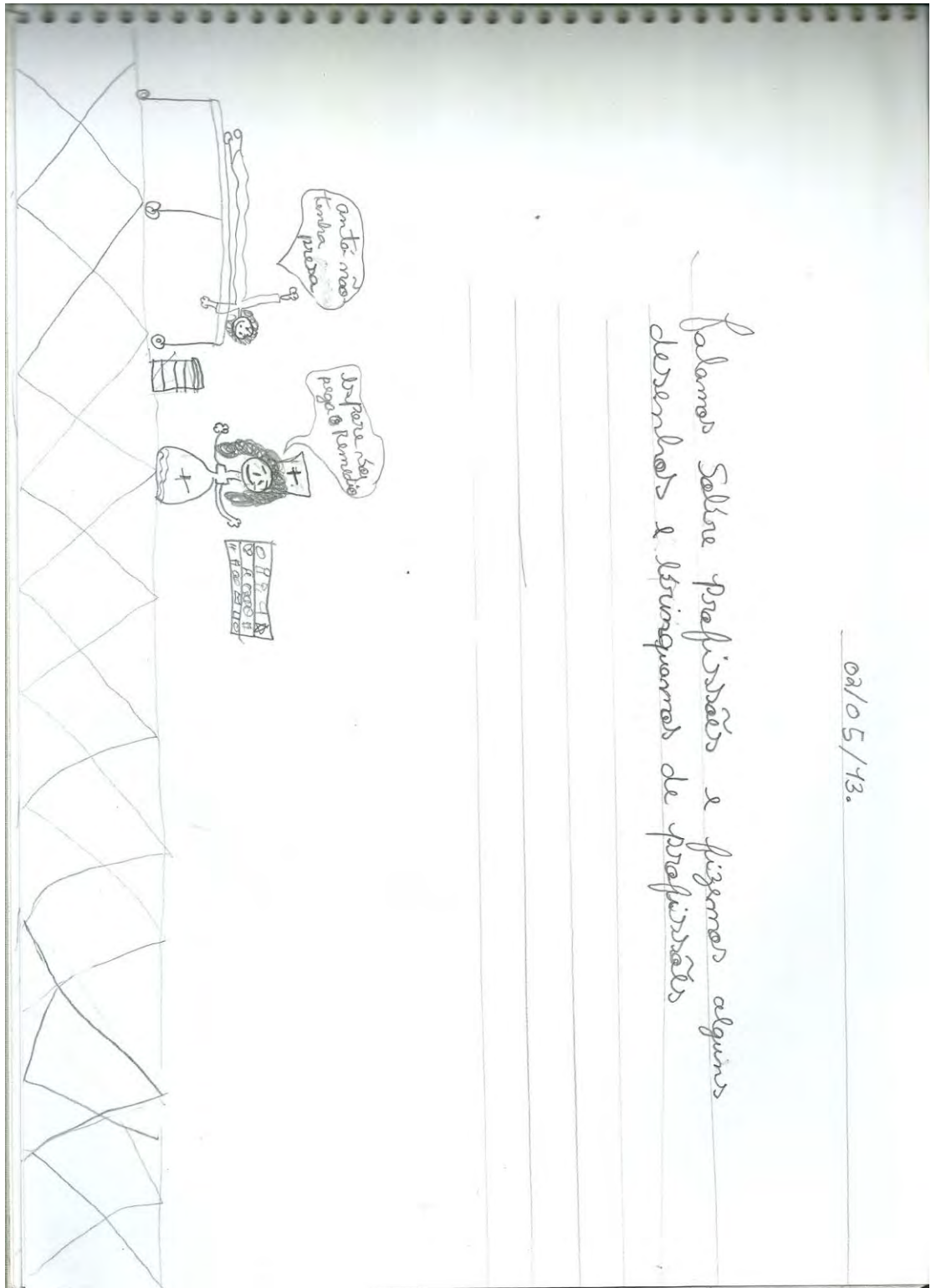
Escola: M. Santo Antônio Data: 16/03/12.
Professor: Jussara Dalino Benedito A.E.: 4º

Anexo K - Livro da Vida do 4º/5º Ano da E. M. Carlos Alberto P. dos Santos

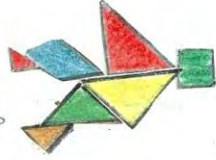


02/05/13.

Palomas Soline Prefeitas e fizeram alguns
desenhos e brinquedos de prefeitas



Adriela



Galina



017.6.01



Nota: 30/05/2011

Um Tom nos viuamos fazer uma carta pedindo um livro de história
e a ela foi muito boa mas foi em poucas horas por que os
meus pais foram muito rápidos.

autor: Cibele

8 APÊNDICES

Apêndice A - Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



Caro (a) professor (a),

Estou desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, uma pesquisa cujo título é: **O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E O SEU LEGADO NO MUNICÍPIO DE JAPERI – RIO DE JANEIRO** e tem o objetivo Investigar as ações do Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo do município de Japeri e seu legado nas práticas docentes direcionadas ao público do campo. A sua participação será muito importante para a realização desta pesquisa. Será garantido sigilo absoluto. Os dados serão analisados e divulgados sem que sejam identificadas as pessoas pesquisadas.

Agradeço a colaboração!

Amarildo Paes Leme de Mello – Mestrando em Educação Agrícola.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL

1 – Qual é o seu sexo? () masculino () feminino

2 – Qual é a sua idade?

() até 24 anos () de 25 a 29 anos () de 30 a 39 anos
() de 40 a 49 anos () 50 anos ou mais

3 – Qual a sua formação? (pode marcar mais de uma opção)

() Magistério / formação de professores ensino médio (normal)
() Nível Superior/ Graduação (Licenciatura) . Qual curso? _____
() Nível Superior (Bacharelado). Qual curso? _____
() Pós – Graduação Lato Senso (Especialização). Qual curso? _____
() Mestrado. Qual curso? _____

4 – Há quantos anos você é professor (a) ?

() há cinco anos ou menos. () de 6 a 15 anos.
() de 16 a 25 anos. () há mais de 25 anos

5 – Há quantos anos você trabalha nesta escola?

- há cinco anos ou menos. de 6 a 15 anos.
 de 16 a 25 anos. há mais de 25 anos

6 – Como você identifica o bairro onde a escola está localizada?

- Como uma região urbana Como uma região rural

7 – Como você identifica esta escola?

- Uma escola com características rurais
 Uma escola com características urbanas

8 – Você teve alguma formação específica sobre a educação do campo, para atuar nesta escola? () Sim () Não

Em caso afirmativo, qual? _____

9 - Você se reconhece como um professor de uma escola do campo?

- sim não

Por quê? _____

10 – Você conhece o Programa Escola Ativa?

- sim não

11 – Você participou da capacitação do Programa Escola Ativa?

- sim não

12 – formação do Programa Escola Ativa trouxe alguma contribuição para você como professor?

- Sim () Não

13 – Em caso afirmativo, qual? _____

14 – Exceto o Programa Escola Ativa, Você participou ou participa de alguma formação específica para turmas multisseriadas?

- sim não Qual? _____

15 – Sobre os materiais didáticos pedagógicos, o kit pedagógico:

- Presente, organizado em mobiliário apropriado nos cantinhos de aprendizagem.
 Presente, mas não organizado nos cantinhos de aprendizagem.
 Não possui o kit.

16 – A coleção de alfabetização:

- Presente na escola, A escola não possui nenhuma coleção

17 – O caderno de orientação para a formação de Educadores do Programa Escola Ativa:

- Presente na escola A escola não possui

18 – A proposta pedagógica:

- Elaborada de acordo com a estratégia do Programa Escola Ativa
 Elaborada igualmente pela Secretaria Municipal de Educação para todas as escolas (sendo elas do campo ou não)
 Elaborada aleatoriamente

19 – Houve diferenças de práticas docentes após a adesão ao Programa Escola Ativa?

20 – Os alunos tem conseguido melhor aproveitamento nas atividades propostas?

- sim não

Por quê? _____

Apêndice B – Roteiro de Entrevista Aplicado a Secretaria de Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estou desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, uma pesquisa cujo título é: **O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E O SEU LEGADO NO MUNICÍPIO DE JAPERI – RIO DE JANEIRO** e tem o objetivo Investigar as ações do Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo do município de Japeri e seu legado nas práticas docentes direcionadas ao público do campo. A sua participação será muito importante para a realização desta pesquisa. Será garantido sigilo absoluto. Os dados serão analisados e divulgados sem que sejam identificadas as pessoas pesquisadas.

Agradeço a colaboração!

- 1 – Como estão organizadas as escolas municipais rurais no município de Japeri?
- 2 – Existe algum setor ou funcionário que se dedica especificamente a elas?
- 3 – Existe algum aspecto específico que se deve ser observado ao gerenciar uma escola do campo?
- 4 – Há algum projeto para a formação de professores para atuar nas escolas do campo?
- 5 – Você era Secretária de Educação quando o município aderiu ao Programa Escola Ativa?
- 6 – Existe algum programa/ação para a formação de professores do campo?
Qual (is)?
- 7 – Os professores que passaram pelo Programa Escola Ativa, continuam lecionando nas escolas do campo?
- 8 – Atualmente existe a Licenciatura em Educação do Campo, há alguma pretensão do município, caso venha realizar um concurso, destinar vagas para graduandos em Educação do Campo?
- 9 – A Secretaria de Educação tem incentivado os profissionais das escolas do campo a participarem de formação continuada? De que forma?
- 10 - Como você avalia a educação do campo no município após a adesão ao Programa Escola Ativa?

Apêndice C – Roteiro de Entrevista aos Gestores



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS GESTORES DA ESCOLA XXX

1 - Idade:

2 - Formação:

3 - Vínculo empregatício:

4 - Quanto ao cargo de gestão:

() indicado pela Secretaria de Educação () Eleição democrática

5 - Há quanto tempo você está na gestão escolar?

6 - E nessa escola, quanto tempo está na gestão?

7 - Qual o número de alunos nesta escola?

8 - Qual a média de alunos por turma?

9 - Quanto a evasão escolar, após a adesão ao Programa Escola Ativa, houve alguma mudança?

10 - A escola possui EJA?

11 - A escola funciona em quantos turnos?

12 - Como estão organizadas as turmas multisseriadas?

13 - A escola possui prédio:

() próprio () alugado () cedido () doado () conveniado

14 - Conselho Escolar?

sim não

15 - Proinfo Rural?

sim não

16 - Biblioteca?

sim não

17 - Energia elétrica?

sim não

18 - Cozinha?

sim não

19 - Refeitório?

sim não

20 - Água encanada?

sim não

21 - Saneamento básico?

sim não

22 - Qual o tipo de recursos que a escola recebe?

PDDE PDDE Campo PDE Escola Outros

23 - Quais?

24 - Qual o número de funcionários nesta escola?

25 - Qual o número de professores desta escola?

26 - Os professores desta escola passaram pela capacitação do Programa Escola Ativa? Quantos?

27 - Você conhece o Programa Escola Ativa? Passou pelo processo de capacitação do Programa?

28 - Os professores se reconhecem como professor de uma escola do campo?

29 – Você já gerenciou uma escola urbana?

30 - Em caso de sim, Qual é a diferença de gerenciar uma escola do campo e uma escola urbana?

31 - A proposta pedagógica usada na sala de aula está de acordo com a estratégia do Programa Escola Ativa?

32 - O Programa Escola Ativa trouxe alguma mudança na dinâmica da escola?

33 - A equipe pedagógica da Secretaria de Educação tem dado suporte a vocês em relação a estratégia do Programa Escola Ativa? Realizam acompanhamentos? Fornecem capacitação?

34 - Os alunos utilizam o transporte escolar para ir à escola?

sim não

35 - O transporte escolar deixa os alunos na escola ou próximo da escola?

36 – Antes do Programa Escola Ativa já havia transporte escolar?

37 - Se não, como os alunos faziam para chegar até a escola?

38 – Qual é o perfil das famílias dos alunos da escola?

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E O SEU LEGADO NO MUNICÍPIO DE JAPERI – RIO DE JANEIRO

Pesquisador: Amarildo Paes Leme de Mello

Pesquisador responsável (professor orientador): Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo:

- Investigar as ações do Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo do município de Japeri e seu legado nas práticas docentes direcionadas ao público do campo.

O(s) objetivo(s) específico(s) deste estudo é:

- Resgatar o contexto de realização das ações do programa escola ativa no município de Japeri.
- Investigar se, após a adesão ao Programa Escola Ativa, o município de Japeri implementou políticas públicas específicas para as escolas do campo.
- Investigar se as Escolas do Campo que participaram do Programa Escola Ativa, tem utilizado no cotidiano a metodologia do programa no processo de ensino-aprendizagem.
- Investigar se os professores que participaram do Programa Escola Ativa permanecem nas Escolas do Campo e se houve algum impacto do programa na sua formação e na concepção sobre o seu papel como educador do campo.

Procedimentos do estudo (quais instrumentos serão utilizados? Se terá gravação, vídeos, fotografias etc.):

O percurso metodológico será pautado na Pesquisa de Campo, centrada na abordagem qualitativa e na utilização das técnicas de observação, registrada em diário de campo, entrevista semiestruturada que serão registradas por meio de gravação e fotografias além de questionários contendo questões fechadas e abertas de modo a oferecer liberdade para externar fatos que considere relevante a pesquisa. Para tanto, se combinará as diversas ferramentas na busca pelo entendimento da realidade estudada, que sejam capazes de capturar



observações sobre tais aspectos da investigação, na perspectiva de adquirir informações que sejam pertinentes à pesquisa.

Riscos e benefícios:

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Toda pesquisa envolvendo seres humanos, envolve riscos. Os riscos envolvendo os sujeitos dessa pesquisa apresentam risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, constrangimento em responder alguma pergunta ou outros riscos não previsíveis. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa assiná-lo.

Esta pesquisa poderá trazer contribuições científicas e sociais importantes para docentes que trabalham em turmas multisseriadas. Enfatizamos sua relevância para o debate acadêmico e na releitura da realidade da educação do campo, oportunizando a dialogicidade com diversas ciências, ressignificando o saber e a forma de conceber a educação.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Confidencialidade:

Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações (fotos, entrevistas etc.) ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos. Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Japeri, _____ de _____ de _____.

Participante

Orientadora

Pesquisador

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com o Coordenador da pesquisa:
Nome: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto
Telefone: 21 99339-3775
e-mail: monicadelrio@uol.com.br

Apêndice E – Carta de Anuência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E. M. CARLOS ALBERTO P. DOS SANTOS




CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito os pesquisadores Amarildo Paes Leme de Mello e Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, sob responsabilidade do pesquisador principal Amarildo Paes Leme de Mello, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **O Programa Escola Ativa e o seu legado no município de Japeri**, sob orientação da Professora Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Japeri, 07 de outubro de 2019


Débora Z. Ferreira de Moraes Cruz
Gestora
Mat. 1480-02
P.M.J.

Assinatura e carimbo do responsável

DEBORA Z. FERREIRA DE MORAES CRUZ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MAT. 1480-02
P.M.J.

Apêndice F – Carta de Anuência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E. M. TÂNIA MARA DA S. CARNAVAL. BASÍLIO



CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito os pesquisadores Amarildo Paes Leme de Mello e Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, sob responsabilidade do pesquisador principal Amarildo Paes Leme de Mello, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **O Programa Escola Ativa e o seu legado no município de Japeri**, sob orientação da Professora Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

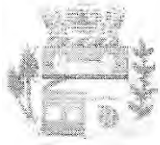
ESCOLA M. TÂNIA MARA DA SILVA
CARNAVAL BASÍLIO
RUA. D. AMÉLIA Nº10 STA.
AMÉLIA - ENG. PEDREIRA - JAPERI
CEP 28.433-070
0171-02-066 5249971

Japeri, 12 de Fevereiro de 2020

Assinatura e carimbo do responsável

Mirian Poppe Araujo
Gestora
Mat. 1752-02-

Apêndice G – Carta de Anuência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



J

CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito os pesquisadores Amarildo Paes Leme de Mello e Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, sob responsabilidade do pesquisador principal Amarildo Paes Leme de Mello, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **O Programa Escola Ativa e o seu legado no município de Japeri**, sob orientação da Professora Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Japeri, 05 de novembro de 2019

Tathiana Lopes Rente

Assinatura e carimbo do responsável

Rogério Bezerra dos Santos
Diretor de Educação
Matrícula: 1388 - 02
SEMED / JAPERI